



WILLFUL BLINDNESS: ORIGEM E PRECEDENTES HISTÓRICOS.

Paulo Augusto da SILVA¹

RESUMO: A teoria da cegueira deliberada nasceu na Inglaterra, tendo sido aplicada pela primeira vez no caso Regina v. Sleep. Depois desse caso, a aplicação dela cresceu exponencialmente, alastrando-se para além das fronteiras da Inglaterra, chegando a outros países do sistema da *commom law*. Nos Estados Unidos da América do Norte, ganhou notoriedade a partir do caso Spurr v. United States. Apesar de sua grande difusão, a Willful Blindness é alvo de muitas críticas por parte da doutrina no próprio sistema da *commom law*. É grande a incerteza quanto a sua natureza jurídica e a extensão de sua aplicabilidade. As opiniões doutrinárias e jurisprudenciais são divergentes, e não há nenhuma preocupação com sistematização, devido à casuística ser uma essência do próprio sistema jurídico em comento. A conjugação de todos esses fatores deixa ainda mais intrigante “a mística” que gira em torno desta teoria, uma vez que ela cruzou as fronteiras da *commom law* e chegou a países da *civil law*, como Espanha e Brasil, p. ex., não olvidando-se que se tratam de sistemas diametralmente distintos. Se por um lado, as dúvidas quanto o que venha ser a cegueira deliberada estejam longe de serem esclarecidas, por outro, ninguém dúvida que a popularidade dela é uma realidade, constante e crescente.

Palavras-chave: Willful blindness. Origens. Precedentes históricos. *Commom law*. Direito comparado.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela se justifica pela aplicação que a jurisprudência brasileira tem feito da Wilful Blindness, cegueira deliberada. A via de entrada foi no notório caso do “Roubo ao Banco Central do Ceará”. Ela também foi aplicada na Ação Penal 470, famoso caso do mensalão. De lá pra cá, têm sido recorrentes os casos em que ela tem sido aplicada. É cediço de todos que quando se importa uma teoria de um sistema jurídico distinto, é necessária uma profunda análise para verificar a possível existência de compatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio.

¹ O autor é graduando em direito no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. E-mail: paulo-silva@toledoprudente.edu.br.

Devido à aplicação desta teoria, de origem inglesa e muito difundida nos Estados Unidos da América do Norte, pela jurisprudência brasileira, a doutrina imergiu no âmago da referida teoria com o intuito de entender melhor do que se trata: qual o conceito, finalidade, natureza jurídica e etc., com o fim de verificar a compatibilidade desta frente ao ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que, os sistemas *common law* e *civil law* são completamente distintos. Luiz Regis Prado, Luís Roberto Gomes, dentre tantos outros, chegaram à conclusão de incompatibilidade com o direito penal pátrio, pois a aplicação desta teoria implica em responsabilidade objetiva, o que é vedada por nosso ordenamento jurídico. Nesse sentido, mergulhamos no universo jurídico da *common law*, com o objetivo de entender melhor do que se trata a famigerada cegueira deliberada, tendo como escopo a análise de compatibilidade com o direito brasileiro.

2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CEGUEIRA DELIBERADA

Existem uma pluralidade de nomes os quais se referem à teoria, quais sejam: *Conscious Avoidance Doctrine*, *Ostrich Instructions Doctrine*²³, *Willful Ignorance*⁴, *Willfully Blind*⁵, etc., embora os nomes muitas vezes sejam enganosos⁶⁷. Também já foi chamada ironicamente de “engenhoca”⁸ e “canto da sereia”⁹.

²PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira Voluntária: Uma Engenhoca Estranha e Perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2019, p. 2.

³ O nome instruções do avestruz baseia-se no costume da ave em enterrar a cabeça no chão. Com isso, o réu “enterra a cabeça no chão” para não enxergar a verdade. Interessante que a bióloga Karlla Patrícia diz que isso não passa de lenda, pois as aves não fazem isso e se o fizessem morreriam sufocadas. Elas somente encostam a cabeça no chão para sentirem a vibração do solo, e por terem um corpo muito grande e uma cabeça pequena, pode dar-se a impressão de que estão com a cabeça enterrada ao solo, traduzindo-se em verdadeira ilusão de ótica. Disponível em: <https://diariodebiologia.com/2009/07/por-que-o-avestruz-enfia-a-cabeca-no-buraco/>. Acesso em: 11/dez/19.

⁴ CHARLOW, Robin, *Willful Ignorance and Criminal Culpability*, *Texas Law Review*, vol. 70, 1992, p. 1351; ROIPHE, Rebecca, *The Ethics of Wilful Ignorance*, *Georgetown Journal of Legal Ethics*, vol. 24, 2011, p. 187.

⁵ HELLMAN, Deborah, *Willfully Blind for Good Reason*, *Crim Law and Philos*, 2009, p. 301.

⁶ These names are misleading because they imply that the defendant has taken steps to avoid knowledge that normally would have come to her, through such steps are often in fact not required for liability. Tradução livre: Estes nomes são enganosos, porque eles implicam que o réu tem tomado medidas para evitar o conhecimento que normalmente teria chegado a ela, através de tais passos são muitas vezes na verdade não é necessário para a responsabilidade. (MICHAELS, Alan C., *Acceptance: The Missing Mental State*, *Southern California Law Review*, vol. 71, nº. 5, 1998, p. 31, NR 80). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=86108>. Acesso em: 06/jan/20.

⁷ Veja, p. ex., a nota 3 supra.

⁸ PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira Voluntária: Uma Engenhoca Estranha e Perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2109, p. 1.

O exemplo clássico da doutrina para ilustrar o alcance e aplicação da cegueira voluntária é a do viajante que recebe uma quantia em dinheiro de um desconhecido para levar uma mala até determinado local. Ele aceita a proposta e se dispõe a levá-la, entretanto não verifica o que existe em seu interior, pensando no fato dela conter algo de ilegal, permanecendo assim na ignorância para que não seja penalmente responsabilizado¹⁰.

Robin Charlow diz que a teoria surgiu pela primeira vez e evoluiu exclusivamente através de aplicação jurisprudencial, com pouco ou nenhuma análise crítica, e malgrado a fartura de seu uso, não existe nenhuma fundamentação plausível para tanto¹¹.

Guilherme Luchesi também aponta nesse sentido, pois infere que a origem da willful blindness, é incerta, contudo, afirma sua grande difusão, principalmente nos tribunais federais americanos.¹²

2.1 Origens no Direito Inglês

A doutrina é uníssona quanto a primeira vez que a Willful Blindness apareceu, Inglaterra – 1861, Regina v. Sleep, sendo aplicada em substituição ao conhecimento, knowledge.¹³

William Sleep era um comerciante de peças navais. Ele foi acusado de possuir parafusos marcados com seta larga pertencentes às Forças Armadas Inglesas. No julgamento, Sleep alegou não ter visto as setas largas nos parafusos,

⁹ No original: Sirene's Song, veja em: MICHAELS, Alan C., Acceptance: The Missing Mental State, *Southern California Law Review*, vol. 71, nº. 5, 1998, p. 31, NR 80. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=86108>. Acesso em: 06/jan/20.

¹⁰ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990, p. 192.

¹¹ CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1353.

¹² LUCHESE, Guilherme B., A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017, p.133.

¹³ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal Of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2,1990, p. 196; PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira voluntária: uma engenhoca estranha e perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2109, p. 5, MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness, *Yale Law Journal* art. 13, vol. 102, 1993, p. 2233, LUCHESE, Guilherme B., A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017, p.119. ROIPHE, Rebecca, The Ethics of Wilful Ignorance, *Georgetown Journal of Legal Etichs* vol. 24, 2011, p. 192; VALLÈS, Ramon R., Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada en Derecho Penal, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013, p. 13.

ainda que tenha admitido que os tinha embalado pessoalmente, um a um, para evitar que se desgastassem com a viagem. O júri o condenou, ainda que sem provas razoáveis de que ele sabia das marcações, entendendo que ele possuía condições razoáveis de saber, uma vez que, havia manuseado os parafusos pessoalmente. Em sede de recurso, a Corte reverteu a condenação, alegando que o knowledge, exigido pela lei, não foi preenchido, já que Sleep alegou não saber das setas largas. Ademais, o júri não pode provar que o réu possuía conhecimento real ou que ele deliberadamente se absteve de adquiri-lo.¹⁴ ¹⁵ É justamente deste último comentário que surge a teoria da cegueira deliberada.¹⁶ ¹⁷ Como bem observa Guilherme Luchesi, não houve fundamentação ou detida análise frente ao comentário da evitação deliberada do conhecimento.¹⁸ ¹⁹ Noutro giro, uma frase solta proferida em análise de um caso é considerada o nascedouro da teoria em comento.²⁰

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Merece destaque o comentário de Ragués i Vallès: Según parece desprenderse de este pasaje – ciertamente poco elocuente– la abstención intencionada de obtener conocimientos, en caso de haberse probado, habría debido merecer la misma respuesta punitiva que el conocimiento efectivo. Tradução livre: parece se separar dessa passagem - certamente não muito eloquente - a abstenção intencional de obter conhecimento, se comprovada, deveria ter merecido a mesma resposta punitiva que o conhecimento efetivo. (VALLÈS, Ramon R., Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada en Derecho Penal, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013, p. 13).

¹⁶ Com efeito, nesse sentido: In quashing the conviction, Judge Willes stated that "the jury have not found, either that the man knew that the stores were marked [as government property], or that he willfully abstained from acquiring that knowledge." Tradução livre: Ao anular a condenação, o juiz Willes afirmou que "o júri não encontrou, nem o homem que sabia que as lojas estavam marcadas [como propriedade do governo], ou que ele deliberadamente absteve-se de adquirir esse conhecimento". (ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990, p. 196).

¹⁷ Assim: [...] foi considerado pelos juízes Crompton e Willes que a decisão da Corte não se aplicaria aos casos em que os olhos do acusado estivessem voluntariosa e deliberadamente fechados à verdade. Esses dois votos, sem qualquer impacto sobre a decisão proferida pela Corte, são considerados a origem das discussões sobre a cegueira deliberada na Inglaterra. (LUCHESEI, Guilherme B., A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017, p.120-121).

¹⁸ LUCHESEI, op. cit., p.120-121.

¹⁹ Com efeito, nesse sentido Robin Charlow: The practice of considering wilful ignorance a form of, or a substitute for, knowledge first appeared in and has evolved almost exclusively through case law, with little or no critical analysis. Tradução livre: A prática de considerar a ignorância deliberada uma forma ou um substituto para o conhecimento apareceu pela primeira vez e evoluiu quase exclusivamente através da jurisprudência, com pouca ou nenhuma análise crítica. (CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1353).

²⁰ Ainda que as palavras no Direito não sejam desprovidas de sentido, ainda mais num voto de tribunal superior, contudo, *ad cautelam*, é preciso estruturação prévia de uma teoria que visa cercear direitos fundamentais ou até naturais, como a liberdade, p. ex. A fim de evitar que a aplicação dela ou de qualquer outra se mostre com um viés inquisitorial, maculando assim, o estado democrático de direito.

Segundo Ira Robbins, a teoria permaneceu inerte por catorze, até o caso de *Bosley v. Davies* – decidido em 1875²¹ ²². O réu foi acusado de permitir jogos ilegais em suas instalações e este insistia que desconhecia tais atividades, e que a existência de conhecimento real era *conditio sine qua non* para sua condenação.²³ Os jogadores corroboraram com a versão do réu.²⁴ O tribunal, no entanto, discordou entendendo que não era necessário o conhecimento real e que bastava sua conivência.²⁵ Até então, Cegueira deliberada e conivência eram usados de maneira intercambiável²⁶ ou eram a mesma coisa.²⁷

Em análise dos casos *Bosley v. Davies*, *Redgate v. Haynes*, *Somerset v. Hart*, todos os casos versando sobre jogos ilegais em estalagens, Charlow ensina que uma das interpretações possíveis para aplicação da cegueira nesses casos é que a *mens rea* exigida para o delito de jogos ilegais era menos exigente que o conhecimento, sendo no caso, “suffering”, ou permissão para algo ilegal ocorresse.

Ela continua dizendo que a cegueira é dita, metaforicamente, no sentido de que o agente está com ambos os olhos fechados, já no caso da conivência é a piscadela, ou seja, um olho está fechado, mas outro está aberto, absorvendo tudo. Nesse sentido, na conivência ou na ignorância voluntária o conhecimento real existe de fato mas é deliberadamente oculto e o júri pode inferi-lo através de evidências de cegueira voluntária.²⁸

Uma segunda forma de interpretar esses julgados seria que o “suffering” seria gênero e cegueira deliberada e conivência, espécies. Uma terceira

²¹ ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990, p. 196 – 197.

²² Também nesse sentido: ROIPHE, Rebecca., *The Ethics of Wilful Ignorance*, *Georgetown Journal of Legal Ethics* vol. 24, 2011, p. 192.

²³ ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990, p. 196.

²⁴ ROIPHE, Rebecca., *The Ethics of Wilful Ignorance*, *Georgetown Journal of Legal Ethics* vol. 24, 2011, p. 192.

²⁵ Com efeito, nesse sentido destaca-se trecho da decisão: *The court, however, disagreed: “[A]ctual knowledge in the sense of seeing or hearing by the party charged is not necessary, but there must be some circumstances from which it may be inferred that he or his servants had connived at what was going on”*. Tradução livre: *O tribunal, no entanto, discordou: “Não é necessário um conhecimento total no sentido de ver ou ouvir a parte acusada, mas deve haver algumas circunstâncias pelas quais se pode inferir que ele ou seus servos haviam sido coniventes com o que estava acontecendo”*. (ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990, p. 196 – 197).

²⁶ CHARLOW, Robin, *Wilfull Ignorance and Criminal Culpability*. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1363.

²⁷ ROIPHE, Rebecca., *The Ethics of Wilful Ignorance*, *Georgetown Journal of Legal Ethics* vol. 24, 2011, 192.

²⁸ CHARLOW, Robin, *Wilfull Ignorance and Criminal Culpability*. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992, p. 1360 – 1363.

forma, e menos provável, segundo ela, seria que “suffering” seria sinônimo de conhecimento real. Já que nos julgados, vários juízes disseram que não era necessário conhecimento real para constatação do “suffering”.²⁹

Ira Robbins, em sentido diverso, aduz que os julgados aplicaram a cegueira em substituição ao conhecimento e esta teoria foi firmemente estabelecida na lei inglesa com esse viés.³⁰ Assim, para os ingleses, Cegueira Deliberada seria aplicada em substituição ao conhecimento ou um estado mental menos exigente.

No entanto, Edwards conclui que à jurisprudência entendia a cegueira um estado mental distinto do conhecimento real, mas igualmente culpável.³¹

2.2 Origens nos Estados Unidos da América do Norte

Ira Robbins alude que uma discussão inicial dessa doutrina na lei americana ocorreu em *People v. Brown*, em 1887.³² O juiz deu a seguinte instrução ao júri:

²⁹ Nesse sentido: This interpretation seems the least probable, however, since several judges in the licensee cases expressly state that knowledge is not required to establish suffering [...] *Redgate v. Haynes*, Justice Blackburn reasoned that "suffering" did not create a negligent or strict liability offense, but "if [the innkeeper] purposely abstained from ascertaining whether gaming was going on or not, or, in other words, connived at it, ... this would be enough to make her liable." Justice Lush agreed that "it is not necessary that actual knowledge of the gaming should be proved. [Connivance on the part of the landlady or the person in charge would be quite sufficient." Finally, in *Somerset v. Hart*, the court ruled that "where no actual knowledge is shewn there must ... be something to shew . . . that there was something like connivance on [the landlord's] part, that he might have known but purposely abstained from knowing." Tradução livre: Essa interpretação parece a menos provável, no entanto, uma vez que vários juízes nos casos de licenciados afirmam expressamente que não é necessário conhecimento para estabelecer sofrimento. O juiz Blackburn argumentou que "sofrimento" não criava uma ofensa negligente ou estrita de responsabilidade, mas se [o estalajadeiro] propositadamente se abstivesse de verificar se os jogos estavam acontecendo ou não, ou, em outras palavras, conivente com isso ... isso seria suficiente para torná-la responsável. A juíza Lush concordou que "não é necessário que o conhecimento real do jogo seja provado... [A conivência por parte da proprietária ou da pessoa encarregada seria suficiente. "Finalmente, em *Somerset v. Hart*", o tribunal decidiu que "onde nenhum conhecimento real é mostrado, deve haver ... algo para mostrar. . . que havia algo como conivência da parte [do proprietário], que ele poderia saber, mas propositadamente se absteve de saber". (CHARLOW, Robin, *Willful Ignorance and Criminal Culpability*. *Texas Law Review*, vol. 70, 1992, p. 1360 – 1365).

³⁰ Other courts repeated this rule in a series of gaming decisions and in a variety of other criminal prosecutions that required knowledge. By the end of the century, willful blindness was firmly established as an alternative to actual knowledge in English law. Tradução livre: Outros tribunais repetiram essa regra em uma série de decisões sobre jogos e em uma variedade de outros processos criminais que exigiam conhecimento. No final do século, a cegueira voluntária foi firmemente estabelecida como uma alternativa ao conhecimento real na lei inglesa. (ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990, p. 197).

³¹ EDWARDS, J. LL. J., *The Criminal Degrees of Knowledge*, *The Modern Law Review*, vol. 17, nº 4, 1954, p. 302.

There seems to be a prevalent notion that no one is chargeable with more knowledge than he chooses to have; that he is permitted to close his eyes upon all sources of information, and then excuse his ignorance by saying that he does not see anything [I]f he has the means of ascertaining the true state of facts by the exercise of ordinary diligence, he is bound to do so.³³

O tribunal, no entanto, reverteu a condenação pois a instrução indicara que uma mera negligência sem intenção era suficiente para uma sentença condenatória.³⁴ Esta, sem dúvidas, reflete um pensamento recorrente na jurisprudência americana nas instruções ao júri. Todavia, essa obrigação em conhecer a verdade e, por conseguinte a abstenção da apreensão deste conhecimento, é um padrão de negligência e não de knowledge³⁵.

2.3 Precedentes da Suprema Corte dos Estados Unidos da América do Norte

A Suprema Corte aprovou o uso da Cegueira Deliberada em *Spurr v. Estados Unidos*, em 1899.³⁶

2.3.1 *Spurr vs. United States*

Spurr, presidente do Commercial National Bank of Nashville foi acusado de certificar deliberadamente, ilegalmente e conscientemente quatro cheques da conta de Dobbins e Dazey, comerciantes e exportadores de algodão, no

³² ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 197.

³³ Tradução livre: Parece haver uma noção predominante de que ninguém é responsável por mais conhecimento do que ele escolhe ter; que ele tem permissão para fechar os olhos sobre todas as fontes de informação e depois desculpar sua ignorância dizendo que não vê nada ... [Se] ele tem os meios de determinar o verdadeiro estado dos fatos pelo exercício de diligência comum, ele é obrigado a fazê-lo. (ROBBINS, loc. cit.).

³⁴ ROBBINS, loc. cit.

³⁵ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2248.

³⁶ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2234; ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, Vol. 81, Nº. 2, 1990 p. 197-198; VALLÉS, Ramon R., Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada en Derecho Penal, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013, p. 13.

valor de US \$ 95. 641, 95, como se houvessem fundos para cobri-los, o que não era a realidade.³⁷ Porterfield, caixa do banco, e todos seus subordinados tinham conhecimento disso, menos Spurr. Havia evidências de que Porterfield tinha deturpado o estado real das contas de Dobbins e Dazey. Além de haver a falência do banco, Spurr foi julgado e condenado pelo Tribunal de Circuito dos Estados Unidos pelo Distrito Central do Tennessee por violação ao disposto na seção 5208, Revised Estatutes.³⁸ Ocorre que a conduta prevista no referido estatuto previa sanção ao banco, tais como a apreensão de livros bancários e intervenção de um controlador, p.ex., e não aos transgressores³⁹, conforme Act of March 3, 1869, ch. 135, 15 Stat. L. 335.⁴⁰ Caso o oficial do banco, na iminência de certificar um cheque,

³⁷ Luchesi compara o sistema norte americano de certificação de cheques ao cheque administrativo previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Veja mais em: LUCHESI, Guilherme Brenner, A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017, p.126.

³⁸ Spurr v. United States, Supreme Court of the United States, 174 U.S. 728 (1899), nº. 448, may. 22,1899. Certiorari to the Circuit Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/174/728.html>. Acesso em: 13/dez/19.

³⁹ En su recurso la defensa de Spurr cuestionó que el jurado hubiera sido correctamente instruido, pues el magistrado que lo presidía no informó de que el delito aplicable exigía que el acusado actuase "intencionadamente", es decir, que la conducta de quien actuaba en la creencia errónea de que existían fondos en la cuenta en el momento de emitir la certificación no era penalmente relevante. Tradução livre: Em seu apelo, a defesa de Spurr questionou que o júri havia sido devidamente instruído, uma vez que o magistrado presidente não relatou que o crime aplicável exigia que o acusado agisse "intencionalmente", isto é, que a conduta da pessoa agindo na crença errado que havia fundos na conta no momento da emissão da certificação não era criminalmente relevante. (VALLÈS, Ramon R., Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada en Derecho Penal, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013, p. 13).

⁴⁰ Revised Statutes, Sec. 5208. [Penalty for falsely certifying checks] It shall be unlawful for any officer, clerk, or agent of any national banking association to certify any check drawn upon the association unless the person or company drawing the check has on deposit with the association, at the time such check is certified, an amount of money equal to the amount specified in such check. Any check so certified by duly authorized officers shall be a good and valid obligation against the association; but the act of any officer, clerk, or agent of any association, in violation of this section, shall subject such bank to the liabilities and proceedings on the part of the Comptroller as provided for in section fifty-two hundred and thirty-four. [R. S.] Act of March 3, 1869, ch. 135, 15 Stat. L. 335. Tradução livre: Sec. 5208. [Penalidade por certificação falsa de cheques]. É ilegal para qualquer funcionário, funcionário ou agente de qualquer associação bancária nacional certificar qualquer cheque sacado na associação, a menos que a pessoa ou empresa que o cheque tenha depositado na associação, no momento em que esse cheque é certificado, uma quantia em dinheiro igual à quantia especificada nesse cheque. Qualquer verificação assim certificada por funcionários devidamente autorizados deve ser uma obrigação boa e válida contra a associação; mas o ato de qualquer oficial, funcionário ou agente de qualquer associação, violando esta seção, sujeitará esse banco aos passivos e procedimentos por parte do Controlador, conforme previsto na seção cinquenta e duzentos e trinta e quatro. [RS]. (MCKINNEY, William M., KEMPER, Peter Jr., The Federal Statutes, Annotated, Containing All the Laws of the United States of a General and Permanent Nature in Force On the First Day of January, Edward Thompson Company, Vol. V, 1905, P. 144) [R. S.]. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=cNw4AAAAIAAJ&hl=pt&pg=GBS.PA170>. Acesso em: 13/dez/2019. A aludida seção faz remissão à seção 5234 do mesmo estatuto: Sec. 5234. [Appointment of receivers.] On becoming satisfied, as specified in sections fifty-two hundred and twenty-six and fifty-two hundred and twenty-seven, that any association has refused to pay its circulating notes as therein mentioned, and is in default, the Comptroller of the Currency may forthwith appoint a receiver, and require of him such bond and security as he deems proper. Such receiver,

possuísse conhecimento que ele não possuía provisão de fundos, e ainda assim, intencionalmente fizesse a certificação, cometeria *misdemeanor*,⁴¹ cuja sanção era pena de multa [não maior do que cinco mil dólares] e prisão [no máximo cinco anos] ou ambos, a critério do tribunal. Redação dada pelo Act of July 12, 1882, ch. 290, sec. 13.⁴² Nesse sentido, a defesa pediu que o tribunal instruisse o júri quanto a sanção penal incriminadora prevista no Act de 1882, contudo, isso não foi feito.⁴³ A instrução ao júri continha os seguintes termos:

under the direction of the Comptroller, shall take possession of the books, records, and assets of every description of such association, collect all debts, dues, and claims belonging to it, and, upon the order of a court of record of competent jurisdiction, may sell or compound all bad or doubtful debts, and, on a like order, may sell all the real and personal property of such association, on such terms as the court shall direct ; and may, if necessary to pay the debts of such association, enforce the individual liability of the stockholders. Such receiver, shall pay over all money so made to the Treasurer of the United States, subject to the order of the Comptroller, and also make report to the Comptroller of and all his acts and proceedings. [R. S.] Act of June 3, 1864, ch. 106, 13 Stat. L. 114. Tradução livre: [Nomeação de receptores.] Ao ficar satisfeito, conforme especificado nas seções cinquenta e duzentos e vinte e seis e cinquenta e duzentos e vinte e sete, que qualquer associação se recusou a pagar suas notas circulantes, conforme mencionado, e está em Por omissão, o Controlador da Moeda poderá nomear imediatamente um destinatário e exigir dele os títulos e garantias que julgar apropriados. Esse recebedor, sob a direção do Controlador, tomará posse dos livros, registros e ativos de todas as descrições de tal associação, cobrará todas as dívidas, dívidas e reivindicações pertencentes a ela e, por ordem de um tribunal de registro jurisdição competente, pode vender ou agravar todas as dívidas incobráveis ou duvidosas e, em uma ordem semelhante, pode vender todos os bens reais e pessoais de tal associação, nos termos que o tribunal determinar; e pode, se necessário pagar as dívidas dessa associação, fazer cumprir a responsabilidade individual dos acionistas. Esse recebedor deverá pagar sobre todo o dinheiro ganho para o Tesoureiro dos Estados Unidos, sujeito à ordem do Controlador, e também informar o Controlador e todos os seus atos e procedimentos. (MCKINNEY, KEMPER, loc. cit.).

⁴¹ LUCHESI, Guilherme Brenner, A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017, p.125.

⁴² SEC. 13. That any officer, clerk, or agent of any national-banking association who shall willfully violate the provisions of an act entitled "An act in reference to certifying checks by national banks," approved March third, eighteen hundred and sixty-nine, being section fifty-two hundred and eight of the Revised Statutes of the United States, or who shall resort to any device, or receive any fictitious obligation, direct or collateral, in order to evade the provisions thereof, or who shall certify cheeks before the amount thereof shall have been regularly entered to the credit of the dealer upon the books of the banking association, shall be deemed guilty of a misdemeanor, and shall, on conviction thereof in any circuit or district court of the United States, be fined not more than five thousand dollars, or shall be imprisoned not more than five years, or both, in the discretion of the court. Tradução livre: SEC. 13. Que qualquer funcionário, funcionário ou agente de qualquer associação bancária nacional que violar voluntariamente as disposições de um ato intitulado "Um ato referente à certificação de cheques pelos bancos nacionais" aprovou em 3 de março de mil e oitocentos e sessenta e nove de março, ser seção duzentos e cinquenta e oito dos Estatutos Revisados dos Estados Unidos, ou que recorrerão a qualquer dispositivo, ou receberão qualquer obrigação fictícia, direta ou colateral, a fim de burlar as disposições do mesmo, ou quem certificará o rosto antes de sua quantia deve ter sido regularmente registrada no crédito do revendedor nos livros da associação bancária, será considerada culpada de uma contravenção e, por sua condenação em qualquer circuito ou tribunal distrital dos Estados Unidos, será multada não mais de cinco mil dólares, ou deve ser preso por não mais de cinco anos, ou ambos, a critério do tribunal. (Forty-Seventh Congress. Sess.I. Ch. 290, 291. 1882, p. 166). Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/statutes-at-large/47th-congress/session-1/c47s1ch290.pdf>. Acesso em: 13/dez/19.

⁴³ Spurr v. United States, Supreme Court of the United States, 174 U.S. 728 (1899), nº. 448, may. 22,1899. Certiorari to the Circuit Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/174/728.html>. Acesso em: 13/dez/19.

If the proof fails to satisfy your minds, clearly and beyond a reasonable doubt, that the defendant did actually know, at the time he certified the checks mentioned in the indictment, that Dobbins & Dazey did not have on deposit in the bank sufficient funds and credits to meet the checks so certified, then you should acquit him unless you are convinced by the proof, beyond a reasonable doubt, that he willfully, designedly, and in bad faith-these words mean substantially the same thing-shut his eyes to the fact, and purposely refrained [174 U.S. 728, 739] from inquiry or investigation for the purpose of avoiding knowledge.⁴⁴

Spurr recorreu de sua condenação sucessivamente, até que o caso chegou à Suprema Corte. Esta entendeu que o tribunal errou ao não instruir o júri sobre a seção 13 do Revised Statutes e com isso anulou a decisão e determinou que se fizesse novo julgamento.⁴⁵ Ainda, a Suprema Corte esclareceu que o delito em tela exige a violação intencional e aduziu em *obiter dictum*: And so evil design may be presumed if the officer purposely keeps himself in ignorance of whether the drawer has money in the bank or not, or is grossly indifferent to his duty in respect to the ascertainment of that fact.^{46,47}

Jonathan Marcus comenta que a lógica por trás da presunção [desígnio maligno] é que o oficial tinha o dever de saber a quantidade de dinheiro existente na conta do cliente.⁴⁸ Ele complementa dizendo que o uso da cegueira deliberada nos casos em que o réu possui o dever de conhecimento é mais razoável, ainda que

⁴⁴ Tradução livre: Se a prova não satisfizer à sua mente, claramente e além de qualquer dúvida razoável, que o réu realmente sabia, no momento em que certificou os cheques mencionados na acusação, que Dobbins & Dazey não tinha depositado no banco fundos suficientes e créditos para cumprir as verificações certificadas, então você deve absolvê-lo, a menos que esteja convencido da prova, além de qualquer dúvida razoável, de que ele voluntariamente, intencionalmente e de má-fé - essas palavras significam substancialmente a mesma coisa - fechou os olhos para o fato, e propositadamente se absteve [174 US 728, 739] de inquerir ou investigar com o objetivo de evitar o conhecimento. (Spurr v. United States, Supreme Court of the United States, 174 U.S. 728 (1899), nº. 448, may. 22, 1899, Certiorari to the Circuit Court of Appeals for the Sixth Circuit. loc. cit.).

⁴⁵ Spurr v. United States, Supreme Court of the United States, 174 U.S. 728 (1899), nº. 448, may. 22, 1899. Certiorari to the Circuit Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/174/728.html>. Acesso em: 15/dez/19.

⁴⁶ Tradução livre: E, portanto, pode-se presumir um desígnio maligno se o oficial propositadamente se mantiver em ignorância se a gaveta tem dinheiro no banco ou não, ou se for grosseiramente indiferente ao seu dever com relação à apuração desse fato. (Spurr v. United States, Supreme Court of the United States, 174 U.S. 728 (1899), nº. 448, may. 22, 1899). Certiorari to the Circuit Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/174/728.html>. Acesso em: 15/dez/19.

⁴⁷ Esta citação, NR 46, influenciou as decisões de vários tribunais em casos posteriores aplicando a cegueira deliberada como substituta do conhecimento efetivo. Nesse sentido: VALLÈS, Ramon R., Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada en Derecho Penal, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013, p. 13; MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2234.

⁴⁸ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2234.

admita que o uso da cegueira não se limitou a esses casos.⁴⁹ Charlow diz que só pelo fato do réu ter o dever de verificar se há fundos existentes na conta do cliente antes de certificar os cheques, isso já torna a sua ignorância culpada. Diz ainda que essa culpabilidade correspondendo ou não ao conhecimento real é adequada e suficiente para a condenação uma vez que o réu possuía o dever legal de conhecimento.⁵⁰

Ira Robbins afirma que este caso é uma aprovação da Suprema Corte à substituição do conhecimento real pela cegueira deliberada.⁵¹ Robin Charlow também caminha nesse sentido⁵² e ainda ensina que a evitação deliberada do conhecimento é mais culpável quando se tem o dever especial de conhecer do que quando não existe essa obrigação.⁵³

Em *Global-Tech Appliances, Inc. v. SEB S.A.*⁵⁴, julgado em 2011, o Justice Alito, que foi seguido por sete juízes dos oito possíveis, fez referência ao julgado *United States v. Spurr*, como exemplo de aprovação da Suprema Corte há mais de um século⁵⁵, da aplicação da cegueira deliberada em substituição ao conhecimento⁵⁶, admitindo que todos os tribunais federais aplicam à teoria ainda

⁴⁹ MARCUS, op. cit. p. 2235.

⁵⁰ CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1405.

⁵¹ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 197-198.

⁵² Courts originally approved of wilful ignorance for very limited purposes. See, e.g., *Spurr v. United States*, 174 U.S. 728 (1899) (approving a jury instruction that wilful ignorance of a fact satisfies a *Mens Rea* of knowledge when there is a specific statutory duty to ascertain the fact) [...]Tradução livre: Os tribunais originalmente aprovaram a ignorância deliberada para fins muito limitados. Ver, por exemplo, *Spurr v. Estados Unidos*, 174 U.S. 728 (1899) (aprova uma instrução do júri de que a ignorância voluntária de um fato satisfaz uma *Mens Rea* de conhecimento quando existe um dever estatutário específico de averiguar o fato) [...]. (CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1353, NR 7).

⁵³ CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1404.

⁵⁴ *Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A.*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31, Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19. O caso de natureza cível versava sobre quebra de patentes tendo como objeto uma fritadeira [deep fryer] desenvolvida pela SEB-SA.

⁵⁵ This Court endorsed a concept similar to wilful blindness over a century ago in *Spurr v. United States*, [...] - Tradução livre: Este Tribunal endossou um conceito semelhante à cegueira voluntária, há mais de um século, em *Spurr v. Estados Unidos* [...]. (*Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A.*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Opinion of the court, p.3). Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19.

⁵⁶ Nevertheless, the Federal Circuit's judgment must be affirmed because the evidence in this case was plainly sufficient to support a finding of Pentalpha's knowledge under the doctrine of wilful blindness. Tradução livre: No entanto, o julgamento do Circuito Federal deve ser afirmado, porque as evidências neste caso foram claramente suficientes para apoiar uma descoberta do conhecimento de

que de maneiras ligeiramente distintas⁵⁷. Todavia, s.m.j, seu voto parece controverso, uma vez que ele traz uma extensa referência no sentido de que a cegueira é aplicada para apenar réus que são igualmente culpáveis por serem deliberadamente cegos, ainda que não possuam conhecimento real⁵⁸. Justice Kennedy, em voto dissidente, destacou que a Suprema Corte não aprovou, em *Estados Unidos v. Spurr*, a cegueira como substituta ao conhecimento, pois na instrução ao júri no caso em comento, trazia a expressão “evil design” [desígnio maligno] e não “knowledge” [conhecimento]⁵⁹. Lorelei Ritchie analisando a decisão

Pentalpha sob a doutrina da cegueira voluntária. (*Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Opinion of the court, p.2). Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19.

⁵⁷ [...] and every Federal Court of Appeals but one has fully embraced willful blindness [...] Although the Courts of Appeals articulate the doctrine of willful blindness in slightly different ways. Tradução livre: [...] e todo Tribunal Federal de Apelações, mas um abraçou totalmente a cegueira voluntária [...] Embora os Tribunais de Apelação articulem a doutrina da cegueira voluntária de maneiras ligeiramente diferentes. (*Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Opinion of the court, p.3). Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19.

⁵⁸ The doctrine of willful blindness is well established in criminal law. Many criminal statutes require proof that a defendant acted knowingly or willfully, and courts applying the doctrine have held that defendants cannot escape the reach of these statutes by deliberately shielding themselves from clear evidence of critical facts that are strongly suggested by the circumstances. The traditional rationale for the doctrine is that defendants who behave in this manner are just as culpable as those who have actual knowledge. Tradução livre: A doutrina da cegueira voluntária está bem estabelecida no direito penal. Muitos estatutos criminais exigem prova de que um réu agiu de maneira consciente ou voluntária, e os tribunais que aplicam a doutrina sustentaram que os réus não podem escapar do alcance desses estatutos, protegendo-se deliberadamente de evidências claras de fatos críticos fortemente sugeridos pelas circunstâncias. A lógica tradicional da doutrina é que os réus que se comportam dessa maneira são tão culpados quanto aqueles que têm conhecimento real. (*Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Opinion of the court, p.2, 3). Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19.

⁵⁹ [...] But this Court has never before held that willful blindness can substitute for a statutory requirement of knowledge. *Spurr v. United States* [...], explained that “evil design may be presumed if the [bank] officer purposefully keeps himself in ignorance of whether the drawer has money in the bank or not, or is grossly indifferent to his duty in respect to the ascertainment of that fact.” The question in *Spurr* was whether the defendant’s admitted violation was willful, and with this sentence the Court simply explained that wrongful intent may be inferred from the circumstances. It did not suggest that blindness can substitute for knowledge. Tradução livre: [...] Porém, essa Corte nunca considerou que a cegueira voluntária pode substituir um requisito estatutário de conhecimento. *Spurr v. Estados Unidos* [...] explicou que “Pode-se presumir que um projeto maligno se o oficial do [banco] se mantém intencionalmente ignorando se a gaveta tem dinheiro no banco ou não, ou se é grosseiramente indiferente a seu dever com relação à constatação desse fato”. A questão em *Spurr* era se a violação admitida pelo réu era voluntária e, com essa sentença, a Corte simplesmente explicou que a intenção ilícita pode ser inferida a partir das circunstâncias. Não sugeriu que a cegueira possa substituir o conhecimento. (*Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. [KENNEDY, J., dissenting], p.2, 3). Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19.

no caso *Global-tech* conclui que conhecimento pode significar conhecimento real, imprudência ou negligência imprudente ou cegueira voluntária.⁶⁰

Após *Spurr v. Estados Unidos*, a cegueira intencional como substituta ao conhecimento foi usada em vários casos por tribunais inferiores, mas não limitada a estatutos em que o réu possuísse o dever legal de obter conhecimento, como era o caso de *Spurr*.⁶¹ Ira Robbins menciona que a *Willful Blindness* foi muito usada em processos de falência e na década de 1970, onde ganhou grande profusão em casos federais contra narcóticos.⁶²

Intrigante é o caso *Griego v. Estados Unidos*⁶³, versando sobre narcóticos, heroína. A maioria considerou o caso comparável a *Spurr v. Estados Unidos*⁶⁴, sendo que, por evidência, os casos e estatutos violados são diametralmente opostos.

Jonathan Marcus pontua com preocupação a aplicação da cegueira com grande frequência em casos envolvendo drogas, que são via de regra, orientados por estatutos apenas proibitivos e não impõem nenhum dever legal de saber. Ele ainda faz alusão ao fato de que a conduta de se abster ao conhecimento é negativa, ou seja, omissiva, não podendo ser corroborada por nenhuma evidência. As evidências apontam para o cometimento do ato proibido e para uma consciência sobre os fatos. Elas geralmente não revelam se o acusado evitou o conhecimento dos fatos, foi indiferente aos fatos ou possuía conhecimento real dos fatos.⁶⁵

2.3.2 *Leary v. United States*

Em *Leary v. Estados Unidos*, 1969, a Suprema Corte adotou a definição de conhecimento do código penal modelo para determinar o significado de

⁶⁰ RITCHIE, Lorelei D., Is “Willful Blindness” the New “Recklessness” after *Global-Tech?*, 21 *Federal Circuit Bar Journal* 165, 2011, p. 35.

⁶¹ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Willfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2234, 2237, 2238.

⁶² ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 199.

⁶³ *Griego v. United States*, U.S. Court of Appeals Tenth Circuit –298 F.2d 845 (10th Cir. 1962), nº. 6826. Jun. 10, 1962. Disponível em: <https://openjurist.org/298/f2d/845/griego-v-united-states#fn11>. Acesso em: 06/jan/20.

⁶⁴ *Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), nº 10-6, may. 31, 2011. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. (KENNEDY, J., dissenting), NR 9. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 06/jan/19.

⁶⁵ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Willfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2234.

knowledge na USC 21 176^a, estabelecendo assim as bases para moderna doutrina de cegueira deliberada.⁶⁶

Thimoty Leary foi condenado por crime tributário e por importação ilegal de maconha. No caso da droga, ao adotar a seção 2.02 (7) o tribunal entendeu que a exigência do conhecimento pelo código repressivo era satisfeita pelo termo “alta probabilidade” utilizado na seção supra, do American Law Institute. Diante disso, ele foi condenado por haver uma presunção de que a maconha era importada, haja vista ele ter sido surpreendido na fronteira com o México com sementes da droga no chão do carro e com cigarros de *cannabis* parcialmente consumidos por integrantes do veículo. Devido à grande quantidade de maconha no território norte americano ser oriunda do México, foi presumido que o réu possuía uma alta probabilidade de conhecer sobre isso. A presunção foi declarada inconstitucional, por uma série de razões, dentre elas, devido ao fato de haver grande quantidade de maconha produzida mesmo nos EUA e que por isso não se podia dizer que a maioria dos usuários dela detinham uma alta probabilidade de que sua droga havia sido importada.⁶⁷

Ira Robbins acentua que a seção 2.02 (7) do código penal modelo não exige conhecimento real e sim uma alta probabilidade dos fatos.⁶⁸ Nesse sentido, pode se extrair, s.m.j., que a adoção desta para interpretar o *knowledge* do código contra narcóticos, USC 21, flexibilizou a exigência do conhecimento real⁶⁹ e reduziu o ônus probatório da acusação⁷⁰. Ademais, importante frisar que o código penal modelo não foi votado no parlamento e sim feito pelo American Law Institute⁷¹.

⁶⁶ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 200.

⁶⁷ Leary v. United States, Supreme Court of the United States, 395 U.S. 6 (1969), nº. 65. May 19, 1969, *US Reports* 365 *US.*, p. 6-56. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Fifth Circuit. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep395006/>. Acesso em: 29/dez/19.

⁶⁸ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 200.

⁶⁹ For example, one might crudely say that to be "aware" of a fact one must be 95% certain of it; less than 95% certainty can amount to recklessness, but not knowledge. The "high probability" approach simply reduces that 95% number. Seventy-five percent, for example, might be considered adequate for liability. Tradução livre: Por exemplo, pode-se dizer grosseiramente que, para "estar ciente" de um fato, é preciso ter 95% de certeza disso; menos de 95% de certeza pode significar imprudência, mas não conhecimento. A abordagem de "alta probabilidade" simplesmente reduz esse número de 95%. Setenta e cinco por cento, por exemplo, podem ser considerados adequados para a responsabilidade. (MICHAELS, Alan C., Acceptance: The Missing Mental State, *Southern California Law Review*, vol. 71, nº. 5, 1998, p. 37, NR 106). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=86108>. Acesso em: 06/jan/20.

⁷⁰ Conversely, prosecutors saw a dual advantage in equating deliberate ignorance and knowledge. Such an approach would close the deliberate-ignorance "loophole" and, because deliberate ignorance is easier to prove than actual knowledge is, reduce the prosecutorial burden. Tradução livre: Por outro

Noutro giro, o *circuit judge* Browning, em Estados Unidos v. Jewell, disse que o congresso estava ciente da aplicação jurisprudencial da cegueira deliberada em relação ao conhecimento, knowledge, e que, como em alterações legislativas posteriores nada foi mencionado em sentido contrário, presumia-se sua resignação e corroboração.⁷²⁷³

2.3.3 Turner v. United States

Oito meses mais tarde, em Turner v. Estados Unidos, a Suprema Corte reiterou essa definição de ignorância deliberada no contexto do código penal modelo⁷⁴.

Em junho de 1967, Turner e dois companheiros foram abordados pela polícia assim que o automóvel onde estavam passou pelo túnel Lincoln, Weehawken, Nova Jersey. Enquanto os outros dois companheiros eram revistados, Turner dispensou uma embalagem num muro próximo. A dita embalagem foi recuperada e continha 14,68 gramas, sendo que 5% eram cocaína. Em revista no veículo, sob o banco da frente do carro, havia uma embalagem de 48,25 gramas, sendo 15,2% de heroína. Turner foi condenado por violar 21 USC 174⁷⁵, 26 USC 4731 (a)⁷⁶ e recorreu até a Suprema Corte.⁷⁷

lado, os promotores viram uma dupla vantagem em equacionar ignorância e conhecimento deliberados. Tal abordagem fecharia a “brecha” da ignorância deliberada e, como a ignorância deliberada é mais fácil provar que o conhecimento real é, reduziria o ônus da promotoria. (ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, The Journal of Criminal Law & Criminology, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 200). Veja também a NR 55, ROBBINS, loc. cit.

⁷¹ PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira Voluntária: Uma Engenhoca Estranha e Perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2019, p. 4, NR 3.

⁷² United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227>. Acesso em: 29/dez/19.

⁷³ Aliás, diga-se de passagem, a omissão legislativa é sempre um argumento de algibeira utilizado pelo judiciário para o que chamamos de ativismo judicial.

⁷⁴ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 200.

⁷⁵ Em violação ao 21 U. S. C. § 17, knowingly receiving, concealing, and facilitating the transportation and concealment of heroin knowing the heroin had been illegally imported into the United States. Tradução livre: conscientemente receber, ocultar e facilitar o transporte e ocultação de heroína, sabendo que a heroína havia sido ilegalmente importada para os Estados Unidos. Turner v. United States, Supreme Court of the United States, 396 U.S. 398 (1970), nº. 190. Jan. 20, 1970, US Reports 396 US., p. 398. Certiorari to the United States Court of Appeals for The Third Circuit. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep396398/>. Acesso em: 29/dez/19.

⁷⁶ Em violação ao 26 U. S. C. § 4704 (a), knowingly purchasing, possessing, dispensing, and distributing heroin not in or from the original stamped package, in violation of 26 U. S. C. § 4704 (a). Tradução livre: conscientemente comprar, possuir, distribuir e distribuir heroína que não esteja na embalagem original ou estampada. (Turner v. United States, Supreme Court of the United States, 396

Em janeiro de 1970, a Corte reverteu a condenação sobre a cocaína e manteve a de heroína, e sustentou que, "Common sense" [...] tells us that those who traffic in heroin will inevitably become aware that the product they deal in is smuggled, unless they practice a studied ignorance to which they are not entitled." ⁷⁸

A presunção neste caso, baseou-se em *Leary v. Estados Unidos*, já que Turner foi surpreendido com heroína e não existe produção em massa desta droga em solo norte americano.⁷⁹ Noutras palavras, a presunção em *Leary v. Estados Unidos* foi aplicada *a contrario sensu* em Turner.

Para Ira Robbins a Suprema Corte confirmou que o conhecimento real não é necessário, sem contudo, fornecer nenhuma explicação, limitando-se somente a citar o código penal modelo e fazer remissão à *Leary v. Estados Unidos*.⁸⁰ Ele continua dizendo que instruções por ignorância deliberada cresceram continuamente em casos de narcóticos e outros, e que a maioria dos tribunais que sustentavam que a ignorância deliberada era equivalente ao conhecimento, não forneceu autoridade para essa conclusão.⁸¹ Dada essa falta de um precedente fundamento para uma correlação entre ignorância deliberada e conhecimento, os tribunais americanos expandiram a definição de conhecimento para incluir ignorância deliberada.⁸²

U.S. 398 (1970), nº. 190. Jan. 20, 1970, US Reports 396 US., p. 398. Certiorari to The United States Court of Appeals for The Third Circuit). Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep396398/>. Acesso em: 29/dez/19.

⁷⁷ *Turner v. United States*, Supreme Court of the United States, 396 U.S. 398 (1970), nº. 190. Jan. 20, 1970, US Reports 396 US., p. 398-434. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep396398/>. Acesso em: 29/dez/19.

⁷⁸ Tradução livre: O "senso comum" [...] diz-nos que aqueles que traficam heroína inevitavelmente perceberão que o produto que comercializam é contrabandeado, a menos que pratiquem uma ignorância estudada a qual não têm direito. (*Leary v. Estados Unidos*, p. 46. (parte omitida). *Turner v. United States*, Supreme Court of the United States, 396 U.S. 398 (1970), nº. 190. Jan. 20, 1970, US Reports 396 US., p. 417, 33, 34). Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep396398/>. Acesso em: 29/dez/19.

⁷⁹ Given the fact that little if any heroin is made in the United States, Turner doubtless knew that the heroin he had come from abroad. There is no proof that he had specific knowledge of who smuggled his heroin or when or how the smuggling was done, but we are confident that he was aware of the "high probability" that the heroin in his possession had originated in a foreign country. Cf. *Leary v. United States*, supra, at 45-53. Tradução livre: Dado o fato de que pouca ou nenhuma heroína é produzida nos Estados Unidos, Turner sem dúvida sabia que a heroína que ele havia vindo do exterior. Não há provas de que ele tivesse conhecimento específico sobre quem contrabandeava sua heroína ou quando ou como o contrabando foi realizado, mas estamos confiantes de que ele estava ciente da "alta probabilidade" de que a heroína em seu poder havia se originado em um país estrangeiro. Cf. *Leary v. United States*, supra, 45-53. (*Turner v. United States*, Supreme Court of the United States, 396 U.S. 398 (1970), nº. 190. Jan. 20, 1970, US Reports 396 US., p. 416, 29). Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep396398/>. Acesso em: 29/dez/19.

⁸⁰ ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 201, NR 65.

⁸¹ ROBBINS, op. cit., p. 201 – 202.

⁸² ROBBINS, op. cit., p. 203.

Nota-se que em ambos os casos, *Leary v. Estados Unidos* e *Turner v. Estados Unidos*, o conhecimento, *knowledge*, era elemento dos crimes pelos quais eles estavam sendo julgados, e ainda assim, a questão probante deu-se por presunção. A presunção inovadora naquele caso, *in bonam partem*, sustentou a condenação neste caso, sendo, contudo, aplicada *in malam partem*.

Robin Charlow comenta, oportunamente, que a prática do direito penal de empregar a ignorância voluntária onde é exigido conhecimento, é a maneira mais controversa de aplicação da referida teoria, sendo ainda considerada ilegítima e inconstitucional. Diz ainda que a teoria surgiu pela primeira vez e evoluiu exclusivamente através de aplicação jurisprudencial, com pouco ou nenhuma análise crítica, e malgrado a fartura de seu uso, não existe nenhuma fundamentação plausível para tanto. Conclui que, modernamente, têm se sustentado a equiparação da ignorância deliberada à imprudência e a necessidade da respectiva alteração legislativa nesse sentido⁸³.

2.3.4 Morissette vs. United States

Nesse jaez, é de imenso valor citar o caso *Morissette v. Estados Unidos*, julgado anos antes, 1952, pela Suprema Corte.⁸⁴

Morissette foi acusado de transportar, esmagar e vender por US \$ 84 sucatas da Força Aérea Americana em violação ao 18 USC 641⁸⁵. Ele, no entanto, alegou que julgava que as sucatas estavam rejeitadas e abandonadas. O juiz rechaçou essa alegação dizendo que dizer isso era muito conveniente e que não se tratava de uma defesa séria. O Júri foi instruído de maneira objetiva, ou seja, as sucatas eram propriedade do governo, estavam em um local de cuja propriedade era do governo e ele as retirou de lá sem qualquer autorização, então ele é culpado. A defesa protestou dizendo que o estatuto exigia intenção criminosa, e o juiz contestou

⁸³ ROBBINS, op. cit., p. 200.

⁸⁴ *Morissette v. United States*, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/342/246.html>. Acesso em: 29/dez/19.

⁸⁵ Em violação ao 18 USC 641 "whoever embezzles, steals, purloins, or knowingly converts" property of the United States is punishable by fine and imprisonment. Tradução livre: "quem desviar, roubar, furtar ou converter conscientemente" a propriedade dos Estados Unidos é punível com multa e prisão. (*Morissette v. United States*, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit). Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/342/246.html>. Acesso em: 29/dez/19.

dizendo que isso era presumido pelos próprios atos do réu. Morissette foi condenado à prisão por dois meses ou pagar uma multa de US \$ 200.⁸⁶

A Suprema Corte reverteu a decisão e argumentou dizendo: “The spirit of the doctrine which denies to the federal judiciary power to create crimes forthrightly”⁸⁷ e ainda “admonishes that we should not enlarge the reach of enacted crimes by constituting them from anything less than the incriminating components contemplated by the words used in the statute.”⁸⁸ E com extrema felicidade completou:

The Government asks us by a feat of construction radically to change the weights and balances in the scales of justice. The purpose and obvious effect of doing away with the requirement of a guilty intent is to ease the prosecution's path to conviction, to strip the defendant of such benefit as he derived at common law from innocence of evil purpose, and to circumscribe the freedom heretofore allowed juries. Such a manifest impairment of the immunities of the individual should not be extended to common-law crimes on judicial initiative.⁸⁹

Resta evidenciado que em poucos anos a Suprema Corte, *Leary v. USA* em 1969, *Turner v. USA* em 1970, mudou seu posicionamento afastando-se da legalidade até então defendida. Nessa toada, Ira Robbins conclui que deve ser rejeitada a instrução de alta probabilidade do código penal modelo jungida com ignorância deliberada para definir conhecimento. Pois agindo dessa forma, o judiciário invade prerrogativa do legislativo ao passo que somente este possui atribuição para estabelecer condutas proibidas.⁹⁰

⁸⁶ *Morissette v. United States*, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/342/246.html>. Acesso em: 29/dez/19.

⁸⁷ Tradução livre: O espírito da doutrina que nega ao poder judiciário federal a criação de crimes abertamente. (*Morissette v. United States*, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit, loc. cit.).

⁸⁸ Tradução livre: adverte que não devemos aumentar o alcance dos crimes decretados, constituindo-os a partir de nada menos que os componentes incriminadores contemplados pelas palavras usadas no estatuto. (*Morissette v. United States*, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit, loc. cit.).

⁸⁹ Tradução livre: O governo nos pede, por uma façanha de construção, que mude radicalmente os pesos e balanças da balança da justiça. O objetivo e o efeito óbvio de se livrar da exigência de uma intenção de culpa é facilitar o caminho da condenação da acusação, retirar o réu do benefício que ele derivou na lei comum da inocência de um propósito maligno e circunscrever a liberdade até então permitida. Tal comprometimento manifesto das imunidades do indivíduo não deve ser estendido aos crimes de direito comum por iniciativa judicial. *Morissette v. United States*, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/342/246.html>. Acesso em: 29/dez/19.

⁹⁰ ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal Of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 231-232.

2.4 Precedentes dos Tribunais Federais Americanos de Apelação

Caso que merece destaque por ter se tornado paradigmático⁹¹ é Estados Unidos v. Jewell, em 1976.⁹²

Charles Demore Jewell foi condenado por importar consciente ou intencionalmente uma substância controlada, 21 USC §§ 952 (a)⁹³, 960 (a) (1)⁹⁴; e possuir consciente ou intencionalmente, com a intenção de distribuir, uma substância controlada, id. § 841 (a) (1)⁹⁵, haja vista ter cruzado a fronteira México/Estados Unidos dirigindo um veículo que continha 110 libras⁹⁶ de maconha

⁹¹ HUSAK, Douglas N., CALLENDER, Craig A., Wilful Ignorance, Knowledge, and the "Equal Culpability" Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality, *Wisconsin Law Review*, 1994, p. 34.

⁹² United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) *certiorari denied*. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/532/697/99156/>. Acesso em: 15/dez/19.

⁹³ U.S. Code - Unannotated Title 21. Food and Drugs, Chapter 13. Drug Abuse Prevention and Control. Subchapter II. Import and Export. 21 USC § 952. Importation of controlled substances - (a) Controlled substances in schedule I or II and narcotic drugs in schedule III, IV, or V; exceptions. It shall be unlawful to import into the customs territory of the United States from any place outside thereof (but within the United States), or to import into the United States from any place outside thereof, any controlled substance in schedule I or II of subchapter I of this chapter, any narcotic drug in schedule III, IV, or V of subchapter I of this chapter, or ephedrine, pseudoephedrine, or phenylpropanolamine, except that-. Tradução livre: a) Substâncias controladas no esquema I ou II e estupefacientes no esquema III, IV ou V; exceções. É ilegal importar para o território aduaneiro dos Estados Unidos de qualquer lugar fora dele (mas dentro dos Estados Unidos) ou importar para os Estados Unidos de qualquer lugar fora dele, qualquer substância controlada da lista I ou II do subcapítulo I deste capítulo, qualquer estupefaciente no esquema III, IV ou V do subcapítulo I deste capítulo, ou efedrina, pseudoefedrina ou fenilpropanolamina, exceto que [...]. Disponível em: <https://codes.findlaw.com/us/title-21-food-and-drugs/21-usc-sect-952.html>. Acesso em: 15/dez/19.

⁹⁴ U.S. Code - Unannotated Title 21. Food and Drugs, Chapter 13. Drug Abuse Prevention and Control. Subchapter II. Import and Export. 21 USC § 960. Prohibited acts A - (a) Unlawful acts - Any person who - (1) contrary to section 825 , 952 , 953 , or 957 of this title, knowingly or intentionally imports or exports a controlled substance. Tradução livre: a) Atos ilícitos - Qualquer pessoa que - (1) ao contrário das seções 825 , 952 , 953 ou 957 deste título, consciente ou intencionalmente importa ou exporta uma substância controlada. Disponível em: <https://codes.findlaw.com/us/title-21-food-and-drugs/21-usc-sect-952.html>. Acesso em: 15/dez/19.

⁹⁵ U.S. Code - Unannotated Title 21. Food and Drugs, Chapter 13. Drug Abuse Prevention and Control. Subchapter I. Control and Enforcement. Part D. Offenses and Penalties. 21 USC § 841. Prohibited acts A. (a) Unlawful acts. Except as authorized by this subchapter, it shall be unlawful for any person knowingly or intentionally - (1) to manufacture, distribute, or dispense, or possess with intent to manufacture, distribute, or dispense, a controlled substance, or [...]. Tradução livre: a) Atos ilícitos - Exceto conforme autorizado por este subcapítulo, será ilegal para qualquer pessoa consciente ou intencionalmente: (1) fabricar, distribuir ou distribuir, ou possuir com a intenção de fabricar, distribuir ou distribuir uma substância controlada; ou. Disponível em: <https://codes.findlaw.com/us/title-21-food-and-drugs/21-usc-sect-952.html>. Acesso em: 15/dez/19.

⁹⁶ Essa quantidade corresponde 49.8952 quilos aproximadamente. Disponível em: <https://convertlive.com/pt/u/converter/libras/em/quilos#110>. Acesso em: 19/dez/19.

no valor de US \$ 6.250⁹⁷ que estavam escondidas em um compartimento secreto entre o porta-malas e o banco traseiro. Jewell alegou que não sabia da maconha e achava que provavelmente havia algo de ilegal no veículo, mas que ele verificou. Olhou no porta-luvas e no banco da frente e no porta-malas, e não encontrou nada e, portanto, assumiu que as autoridades também não encontrariam. Ficou constatado que, uma semana antes do incidente em questão, Jewell vendeu seu carro por US \$ 100 para obter fundos "para se divertir". Alugou um carro por cerca de US \$ 100, e junto com um amigo dirigiram para o México. Eles foram abordados em um bar de Tijuana por um desconhecido identificado como "Ray" que se ofereceu para vender maconha para eles e, quando recusaram, perguntou se queriam dirigir um carro de volta a Los Angeles por US \$ 100. O veículo deveria ser deixado em determinado endereço com o documento e as chaves dentro do cinzeiro. Jewell aceitou a oferta, porém seu amigo a recusou. Foi perguntado se ele tinha visto o compartimento especial quando abriu o porta-malas. Ele respondeu: "Bem, eu vi um vazio ali, mas não sabia o que era" e "não investiguei mais".⁹⁸

A instrução ao júri foi nos seguintes termos:

[...] "knowingly" meant voluntarily and intentionally and not by accident or mistake [...] the government must prove beyond a reasonable doubt that the defendant "knowingly" brought the marijuana into the United States (count 1: 21 U.S.C. § 952(a)), and that he "knowingly" possessed the marijuana (count 2: 21 U.S.C. § 841(a) (1)). [...]: The Government can complete their burden of proof by proving, beyond a reasonable doubt, that if the defendant was not actually aware that there was marijuana in the vehicle he was driving when he entered the United States his ignorance in that regard was solely and entirely a result of his having made a conscious purpose to disregard the nature of that which was in the vehicle, with a conscious purpose to avoid learning the truth.⁹⁹¹⁰⁰

⁹⁷ Esse valor atualmente corresponde a 25.397 reais aproximadamente. Disponível em: <https://www.conversor-dolar.com.br/>. Acesso em: 19/dez/19.

⁹⁸ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227>. Acesso em: 17/dez/19.

⁹⁹ Tradução livre: [...] "conscientemente" significa voluntária e intencionalmente, e não por acidente ou erro. [...] o governo deve provar além de qualquer dúvida razoável que o réu "conscientemente" trouxe a maconha para os Estados Unidos (contagem 1: 21 USC § 952 (a)), e que "conscientemente" possuía a maconha (contagem 2: 21 USC § 841 (a) (1)). [...]: O governo pode concluir seu ônus da prova provando, sem sombra de dúvida, que se o réu não estava realmente ciente de que havia maconha no veículo que ele estava dirigindo quando entrou nos Estados Unidos, sua ignorância a esse respeito era única e inteiramente um resultado de ter feito um propósito consciente de desconsiderar a natureza daquilo que estava no veículo, com um propósito consciente de evitar aprender a verdade. (United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied, 22). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227>. Acesso em: 17/dez/19.

Jewell recorreu ao Tribunal Federal de Apelação do Nono Circuito argumentando que o referido código exige conhecimento positivo, tanto para importar quanto para distribuir. Aliás, a defesa dele já havia insistido para que o *juízo a quo* instruisse o júri nesse sentido, tendo sido, no entanto, negada esta sugestão.

101

O tribunal manteve a condenação e o caso teve grande repercussão¹⁰² sendo rotulado como instrução de Jewell.¹⁰³¹⁰⁴ A decisão equiparou a ignorância ao conhecimento real, uma vez que havia um propósito consciente de evitar aprender a verdade.

O Nono Circuito – Tribunal Federal de Apelação, no voto de James R. Browning, seguido por Chambers, Koelsch, Duniway, Wrigth, Trask, Choy, Goodwin, Sneed, sustentou o acerto da instrução, ainda que tenha admitido em nota de rodapé que a instrução deveria informar ao júri que era necessário conhecimento de uma alta probabilidade do fato em questão [requisito objetivo] e que o réu não deveria ser condenado se ele acreditasse realmente que o fato não existe [requisito subjetivo].¹⁰⁵ No entanto, admitiu que essa deficiência não era caso de reversão pois os requisitos objetivo e subjetivo da seção 2.02 (7) do código penal modelo usados na instrução estavam ali implícitos, e o réu não havia recorrido nesse sentido.

¹⁰⁰ In dissent, Judge Kennedy disagreed with this contention, pointing out that one can consciously avoid a fact that one only suspects exists and can even consciously avoid a fact of which one is entirely unaware. Tradução livre: Kennedy discorda e alega que é possível evitar conscientemente um fato que só se suspeita que existe e que pode até mesmo evitar conscientemente um fato do qual não se sabe inteiramente. (MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2243); Alan Michaels examinando vários casos diz que é frequentemente impossível concluir que os réus tinham um desejo de evitar aprender a verdade ou era pura indiferença em aprender a verdade, contudo, apesar disso, as condenações são confirmadas. (MICHAELS, Alan C., Acceptance: The Missing Mental State, *Southern California Law Review*, Vol. 71, Nº. 5, 1998, p. 46). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=86108>. Acesso em: 07/jan/20.

¹⁰¹ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 204.

¹⁰² ROIPHE, Rebecca., The Ethics of Wilful Ignorance, *Georgetown Journal of Legal Ethics*, vol. 24, 2011, p. 193; HUSAK, Douglas N., CALLENDER, Craig A., Wilful Ignorance, Knowledge, And The "Equal Culpability" Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality, *Wisconsin Law Review*, 1994, p. 34; PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira Voluntária: Uma Engenharia Estranha e Perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2109, p. 6.

¹⁰³ LUCHESE, Guilherme Brenner, A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017, p.146.

¹⁰⁴ Conhecido também por "Jewell" "deliberate ignorance" [ignorância deliberada] or "conscious avoidance" [evitação consciente]. Veja em: MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2242.

¹⁰⁵ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) *certiorari denied*, NR 21. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/532/697/99156/#fn4>. Acesso em: 23/dez/19.

Completou dizendo que nenhum interesse legítimo do réu restava prejudicado pela instrução dada.¹⁰⁶

A dissidência, no voto de Anthony M. Kennedy, seguido por Ely, Wallace e Hufstedler, sustenta exaustivamente que a instrução ao júri foi defeituosa e inconsistente. Primeiro porque não esclarece que um propósito consciente em evitar aprender a verdade só pode ser culpável se o réu possuísse uma alta probabilidade de que havia drogas no veículo, e não mero desrespeito imprudente ou uma suspeita seguida de uma falha em fazer mais investigações.¹⁰⁷ Como ilustração cita o exemplo de uma criança em férias no México, que recebe um pacote de sua mãe, ignorando o conteúdo deste. Esta é totalmente inocente a menos que saiba de uma alta probabilidade daquele pacote conter drogas.¹⁰⁸ Segundo porque não citou a parte final da seção 2.02 (7) do código penal modelo, que traz o requisito subjetivo. Ao focar somente na parte objetiva do texto, segundo ele, o júri poderia ser levado a considerar que um homem razoável deveria ter inspecionado o carro e ter descoberto o que havia dentro dele.¹⁰⁹

Nesse sentido, Jonathan Marcus afirma que quando um estatuto proibitivo exige conhecimento da conduta para responsabilização criminal, um autor não é necessariamente culpado por evitar deliberadamente esse conhecimento. Ele ainda critica a cegueira deliberada, uma vez que, essa ao condenar o réu que evitou deliberadamente conhecer sobre o fato sem, contudo, especificar qual o nível particular de consciência que o réu deve ter em relação a esse fato, cria o risco de condenação injusta, já que o réu não tem o dever legal de saber.¹¹⁰

Mais adiante, Marcus continua esclarecendo sobre a falha da instrução do júri no caso Jewell. Segundo ele, a ideia de que um réu é culpado por evitar o conhecimento sugere erroneamente que o ele tinha o dever legal de adquirir tal conhecimento, e isso é um padrão de negligência e não de knowledge.¹¹¹¹²

¹⁰⁶ Op. cit. 35. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 24/dez/19.

¹⁰⁷ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), 53. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 20/dez/19.

¹⁰⁸ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), loc. cit.

¹⁰⁹ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), 54. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 20/dez/19.

¹¹⁰ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2235.

¹¹¹ MARCUS, 1993, op. cit., p. 2248.

Robin Charlow comenta que a distinção entre uma alta probabilidade de haver drogas no veículo ou um risco substancial e injustificável [recklessness] de haver drogas no mesmo veículo é uma diferença muito sutil e difícil de compreender como um júri poderia fazer essa distinção adequadamente.¹¹³¹¹⁴

É oportuna a lição dada por Alan Michaels, pois ele valendo-se de um caso hipotético semelhante ao de Jewell, infere que a situação é caso de imprudência e não de conhecimento. Ele ainda completa dizendo que por ser uma conduta altamente reprovável, não é bom que fique impune, ainda que admita, que pela lei o caso seria um indiferente penal. Por fim, ele arremata dizendo que nesses casos, uma das soluções utilizadas é se socorrer a doutrina da cegueira deliberada, para colmatar essa lacuna normativa, ainda que não seja muito eloquente.¹¹⁵

Kennedy ainda cita o caso Estados Unidos v. Brighth¹¹⁶ onde ocorreu a reversão do julgamento do júri por faltar equilíbrio na instrução ao omitir a parte subjetiva da seção supra, ou seja, [...] unless he actually believes-that it does not

¹¹² (d) Negligently. A person acts negligently with respect to a material element of an offense when he should be aware of a substantial and unjustifiable risk that the material element exists or will result from his conduct. The risk must be of such a nature and degree that the actor's failure to perceive it, considering the nature and purpose of his conduct and the circumstances known to him, involves a gross deviation from the standard of care that a reasonable person would observe in the actor's situation. Tradução livre: Negligencia. Uma pessoa age negligentemente com relação a um elemento material de uma ofensa quando deve estar ciente de um risco substancial e injustificável de que o elemento material exista ou venha a resultar de sua conduta. O risco deve ser de tal natureza e grau que a falha do ator em percebê-lo, considerando a natureza e o propósito de sua conduta e as circunstâncias conhecidas por ele, envolva um desvio grosseiro do padrão de cuidado que uma pessoa razoável observaria na situação do ator. (Model Penal Code Section 2.02(2) (d), Model Penal Code United States of America 1962, p. 21).

¹¹³ CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability. *Texas Law Review*, vol. 70. 1992. p. 1421-1422.

¹¹⁴ (c) Recklessly. A person acts recklessly with respect to a material element of an offense when he consciously disregards a substantial and unjustifiable risk that the material element exists or will result from his conduct. The risk must be of such a nature and degree that, considering the nature and purpose of the actor's conduct and the circumstances known to him, its disregard involves a gross deviation from the standard of conduct that a law-abiding person would observe in the actor's situation. Tradução livre: (c) imprudentemente. Uma pessoa age de forma imprudente com respeito a um elemento material de uma ofensa quando conscientemente desconsidera um risco substancial e injustificável de que o elemento material exista ou venha a resultar de sua conduta. O risco deve ser de tal natureza e grau que, considerando a natureza e o propósito da conduta do ator e as circunstâncias conhecidas por ele, seu desrespeito envolve um desvio grosseiro do padrão de conduta que uma pessoa cumpridora da lei observaria na situação do ator. (Model Penal Code Section 2.02(2) (c), Model Penal Code United States of America 1962, p. 21).

¹¹⁵ MICHAELS, Alan C., Acceptance: The Missing Mental State, *Southern California Law Review*, Vol. 71, Nº. 5, 1998, p. 1,2,3. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=86108>. Acesso em: 22/abr/20.

¹¹⁶ United States v. Catherine Bright, US Court of Appeals for the Second Circuit - 517 F.2d 584 (2d Cir. 1975), May 21, 1975. Disponível em: [https://www.courtlistener.com/opinion/328101/united-states-v-catherine-bright/?q=cites%3A\(1068252](https://www.courtlistener.com/opinion/328101/united-states-v-catherine-bright/?q=cites%3A(1068252). Acesso em: 24/dez/19.

exist.¹¹⁷ No entanto, admitiu que havia evidências de que Jewell estava ciente de uma alta probabilidade de que o carro continha drogas, porém, essas evidências não foram tão esmagadoras que pudessem fazer os defeitos da instrução parecerem inofensivos. Assim, a instrução continha defeitos grosseiros ao não explicitar os requisitos objetivo e subjetivo da seção em comento, e que por isso deveria ser revertida.¹¹⁸

Browning, em continuidade a seu voto, fundamentou a instrução ao júri citando a doutrina de Perkins¹¹⁹, Edwards¹²⁰ e Williams¹²¹, dizendo que aqueles que deliberadamente evitam conhecer a verdade, em realidade, possuem conhecimento real.¹²² Interessante notar que à citação a Edwards, omitiu a conclusão do parágrafo,

¹¹⁷ Tradução livre: a menos que acredite realmente que não existe. (Model Penal Code Section 2.02(7), *in fine*, Model Penal Code United States of America 1962, p. 21).

¹¹⁸ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), 59. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 24/dez/19.

¹¹⁹ "One with a deliberate antisocial purpose in mind . . . may deliberately 'shut his eyes' to avoid knowing what would otherwise be obvious to view. In such cases, so far as criminal law is concerned, the person acts at his peril in this regard, and is treated as having 'knowledge' of the facts as they are ultimately discovered to be." Tradução livre: "Alguém com um objetivo anti-social deliberado em mente... Pode deliberadamente" fechar os olhos "para evitar saber o que seria óbvio ver. Em tais casos, no que diz respeito ao direito penal, o a pessoa age por sua conta e risco e é tratada como tendo 'conhecimento' dos fatos, como são descobertos". Conforme Rollin Perkins (apud United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied, 24 "Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>". "Acesso em: 20/dez/19".

¹²⁰ "For well-nigh a hundred years, it has been clear from the authorities that a person who deliberately shuts his eyes to an obvious means of knowledge has sufficient *Mens Rea* for an offence based on such words as . . . 'knowingly.' Tradução livre: "Por quase cem anos, ficou claro pelas autoridades que uma pessoa que deliberadamente fecha os olhos para um meio óbvio de conhecimento tem *Mens Rea* a uma ofensa baseada em palavras como [...] conscientemente. (EDWARDS, Jonh Ll. J., The Criminal Degrees of Knowledge, *The Modern Law Review*, vol.17, nº 4, 1954, p. 294, 298); (United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied, NR 5). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 20/dez/19.

¹²¹ "To the requirement of actual knowledge there is one strictly limited exception. . . (T)he rule is that if a party has his suspicion aroused but then deliberately omits to make further enquiries, because he wishes to remain in ignorance, he is deemed to have knowledge." Segundo Glanville Williams, (apud United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied, 24). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 06/jun/20) Tradução livre: Para a exigência de conhecimento real, há uma exceção estritamente limitada. (T) a regra é que, se uma parte tiver sua suspeita despertada, mas deliberadamente omitir, faça outras investigações, porque ele deseja permanecer na ignorância, considera-se que ele tem conhecimento".

¹²² Op. cit. "The rule that wilful blindness is equivalent to knowledge is essential, and is found throughout the criminal law". Tradução livre: "A regra de que a cegueira voluntária é equivalente ao conhecimento é essencial e é encontrada em todo o direito penal". Segundo Glanville Williams, (apud United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied, 24). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 06/jun/20).

que conclui que o estado mental de quem fecha os olhos aproxima-se ao conceito de imprudência, vejamos:

For well-nigh a hundred years, it has been clear from the authorities that a person who deliberately shuts his eyes to an obvious means of knowledge has sufficient *mens rea* for an offence based on such words as "permitting," "allowing," "suffering" and "knowingly." This state of mind has generally been described as connivance or constructive knowledge, and approximates closely to the conception of recklessness.

123

Entretanto, este ponto de seu voto parece contraditório, pois logo na sequência, ele diz que cegueira deliberada e conhecimento real são igualmente culpados.¹²⁴ Ira Robbins¹²⁵, Husak e Callender¹²⁶ e Ragués i Vallés¹²⁷ também concluem nesse sentido. Outrossim, Kennedy citando Perkins,¹²⁸ Williams¹²⁹ e

¹²³ Tradução livre: Por quase cem anos, ficou claro pelas autoridades que uma pessoa que deliberadamente fecha os olhos para um meio óbvio de conhecimento tem uma quantidade suficiente de homens para uma ofensa baseada em palavras como "permitir", "permitir". "Sofrimento" e "conscientemente". Esse estado mental geralmente é descrito como conivência ou conhecimento construtivo e aproxima-se muito da concepção de imprudência. (EDWARDS, John L. J., *The Criminal Degrees of Knowledge*, *The Modern Law Review*, vol. 17, n° 4, 1954, p. 298).

¹²⁴ The substantive justification for the rule is that deliberate ignorance and positive knowledge are equally culpable. The textual justification is that in common understanding one "knows" facts of which he is less than absolutely certain. To act "knowingly," therefore, is not necessarily to act only with positive knowledge, but also to act with an awareness of the high probability of the existence of the fact in question. When such awareness is present, "positive" knowledge is not required. Tradução livre: A justificativa substantiva para a regra é que a ignorância deliberada e o conhecimento positivo são igualmente culpados. A justificativa textual é que, no entendimento comum, "se conhece" fatos dos quais ele tem menos do que absolutamente certeza. Agir "conscientemente", portanto, não é necessariamente agir apenas com conhecimento positivo, mas também agir com uma consciência da alta probabilidade da existência do fato em questão. Quando essa consciência está presente, não é necessário conhecimento "positivo". (United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied, 25). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 19/dez/19.

¹²⁵ ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, n° 2, 1990 p. 204-205.

¹²⁶ HUSAK, Douglas N., CALLENDER, Craig A., *Wilful Ignorance, Knowledge, And The "Equal Culpability" Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality*, *Wisconsin Law Review*, 1994, p. 35.

¹²⁷ VALLÈS, Ramon R., *Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada em Derecho Penal*, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013, p. 15.

¹²⁸ The use of the term "actual knowledge" in this manner is misleading in suggesting the possibility of achieving a state of total certainty, and that only such knowledge is "actual." In fact, we commonly act on less than complete information and in this world may never know one-hundred-percent certainty. 'Absolute knowledge can be had of very few things,' said the Massachusetts court, and the philosopher might add 'if any.' For most practical purposes 'knowledge' 'is not confined to what we have personally observed or to what we have evolved by our own cognitive faculties.' Tradução livre: O uso do termo "conhecimento real" dessa maneira é enganoso ao sugerir a possibilidade de alcançar um estado de total certeza, e que apenas esse conhecimento é "real". De fato, geralmente agimos com informações menos que completas e, neste mundo, nunca podemos ter certeza de cem por cento. "O conhecimento absoluto pode ser obtido de muito poucas coisas", disse a corte de Massachusetts, e o filósofo pode acrescentar "se houver". Para os propósitos mais práticos, o

Edwards¹³⁰, mas em sentido diverso de Browning, acentua que as autoridades inglesas parecem considerar cegueira deliberada um estado mental distinto do conhecimento, contudo, igualmente culpável.¹³¹

Browning, ainda, aplicou a seção 2.02 (7) do código penal modelo sugerindo que esta havia estabelecido a cegueira deliberada^{132 133} e citou a jurisprudência da Suprema Corte, *Turner v. Estados Unidos*, para argumentar que o termo “conscientemente” do referido código torna desnecessário o conhecimento real.¹³⁴ Ira Robbins pontua que a Corte no caso *Turner* confirmou que o

"conhecimento" não se limita ao que observamos pessoalmente ou ao que evoluímos por nossas próprias faculdades cognitivas ". Conforme Rollin Perkins (apud *United States v. Jewell*, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting) NR 6). Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/532/697/99156/#fn4> . Acesso em: 23/dez/19.

¹²⁹ "To the requirement of actual knowledge there is one strictly limited exception." Tradução livre: Para a exigência de conhecimento real, há uma exceção estritamente limitada". Nesse sentido, Glanville Williams (apud *United States v. Jewell*, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 [9th Cir. 1976], Feb. 27, 1976. [KENNEDY, J., dissenting], NR 6). Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/532/697/99156/#fn4>. Acesso em: 23/dez/19.

¹³⁰ Wilful blindness is "as culpable as actual knowledge. Tradução livre: cegueira voluntária é "tão culpada quanto o conhecimento real. (EDWARDS, John L. J., *The Criminal Degrees of Knowledge*, *The Modern Law Review*, vol. 17, n.º 4, 1954, 302); (*United States v. Jewell*, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), NR 6). Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/532/697/99156/#fn4>. Acesso em: 23/dez/19.

¹³¹ *United States v. Jewell*, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), 47. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 23/dez/19.

¹³² This is the analysis adopted in the Model Penal Code. Section 2.02(7) states: "When knowledge of the existence of a particular fact is an element of an offense, such knowledge is established if a person is aware of a high probability of its existence, unless he actually believes that it does not exist." As the Comment to this provision explains, "Paragraph (7) deals with the situation British commentators have denominated 'wilful blindness' or 'connivance,' the case of the actor who is aware of the probable existence of a material fact but does not satisfy himself that it does not in fact exist." Tradução livre: Essa é a análise adotada no Código Penal Modelo. A Seção 2.02 (7) declara: "Quando o conhecimento da existência de um fato específico é um elemento de uma ofensa, esse conhecimento é estabelecido se uma pessoa está ciente de uma alta probabilidade de sua existência, a menos que acredite realmente que não existe. " Como o Comentário a esta disposição explica, "O parágrafo (7) trata da situação que os comentaristas britânicos denominam 'cegueira intencional' ou 'conivência', o caso do ator que está ciente da provável existência de um fato material, mas não o satisfazer-se de que não existe de fato ". (*United States v. Jewell*, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) *certiorari denied*, 26). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 24/dez/19.

¹³³ Ver também: ROBBINS, Ira P., *The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, n.º. 2, 1990 p. 204, NR 86.

¹³⁴ In *Turner v. United States*, [...] the Court adopted the Model Penal Code definition in defining "knowingly" in 21 U.S.C. § 174.10. The *Turner* opinion recognizes that this definition of "knowingly" makes actual knowledge unnecessary: "(T)hose who traffic in heroin will inevitably become aware that the product they deal in is smuggled, unless they practice a studied ignorance to which they are not entitled". Tradução livre: Em *Turner v. Estados Unidos*, [...] o Tribunal adotou a definição do Código Penal Modelo ao definir "conscientemente" em 21 USC § 174. A opinião de *Turner* reconhece que essa definição de "conscientemente" torna desnecessário o conhecimento real: "(T) as pessoas que traficam heroína inevitavelmente tomarão consciência de que o produto que comercializam é contrabandeado, a menos que pratiquem uma ignorância estudada a que não têm direito". (*United*

conhecimento real não é necessário, malgrado não ter fornecido nenhuma fundamentação a respeito, limitando-se apenas em citar o código penal modelo.¹³⁵

Jonathan Marcus, em sentido oposto, sustenta que a seção 2.02 (7) do código penal modelo não contém nada que possa indicar a definição de cegueira deliberada e que ela não sugere nada sobre a intenção do ator em relação a um fato, mas apenas seu nível de consciência sobre ele. Disse ainda, que se o tribunal tivesse aplicado corretamente a seção em comento teria sido desnecessário recorrer à doutrina inglesa da cegueira deliberada. Conclui que a decisão de equiparar a seção 2.02 (7) com ignorância deliberada foi um erro.¹³⁶

Husak e Callender comentam que se a seção em debate define cegueira intencional ela contém uma séria de defeitos, pois nem todos os casos em que o réu é deliberadamente ignorante ele tem consciência da alta probabilidade de um fato específico. E por outro lado, ainda questionam o acerto da seção quanto à expressão “alta probabilidade”.¹³⁷ Rebeca Roiphe admite que o código penal modelo equipara a ciência de uma alta probabilidade de um fato ao conhecimento. Ela diz que este não trata do mesmo problema que a cegueira deliberada, e que erroneamente define um estado mental aquém do conhecimento real mais semelhante a imprudência [recklessness], ao invés de se concentrar na evitação deliberada do conhecimento em si.¹³⁸

Para Kennedy, a seção do código penal modelo em tela define conhecimento e não um substituto para ele, e que esta, pelo contrário, restringe a doutrina inglesa ao estabelecer a exigência de uma alta probabilidade de que um fato exista e também estabelece o conhecimento como uma questão de crença subjetiva, importante salvaguarda contra a diluição da *mens rea* exigida pela lei e necessária para a condenação. Ele complementa dizendo que quando um estatuto exige especificamente o conhecimento como elemento de um crime, nada justifica a

States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 [9th Cir. 1976], Feb. 27, 1976. [en banc] *certiorari denied*, 27). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 24/dez/19.

¹³⁵ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 201.

¹³⁶ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2243, 2249.

¹³⁷ HUSAK, Douglas N., CALLENDER, Craig A., Wilful Ignorance, Knowledge, And The "Equal Culpability" Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality, *Wisconsin Law Review*, 1994, p. 37 -38.

¹³⁸ ROIPHE, Rebecca., The Ethics of Wilful Ignorance, *Georgetown Journal of Legal Ethics*, vol. 24, 2011, p. 194-195.

substituição desse elemento por outro, ainda que possam ser considerados culpáveis igualmente.¹³⁹

O *circuit judge* Browning concluiu que a aplicação da cegueira em substituição ao conhecimento estava em harmonia com outros tribunais federais¹⁴⁰ e que uma interpretação restritiva do termo conhecimento exigido pelo código é inconsistente com o objetivo geral deste, que é lidar com a ameaça crescente de drogas nos Estados Unidos, já que a ignorância poderia ser usada como meio de defesa e os traficantes de drogas tirariam o máximo proveito disso.¹⁴¹

Ira Robbins alega que os traficantes viram uma defesa conveniente na ignorância deliberada, todavia, também existe uma dupla vantagem para a acusação ao usar a teoria da cegueira deliberada em substituição ao conhecimento: fecha a brecha da cegueira deliberada ao impedir que ela seja usada como meio de defesa e reduz o seu ônus probatório, uma vez que a cegueira deliberada é mais fácil de provar.¹⁴²

Jonathan Marcus rechaça o uso da cegueira deliberada jungida com a seção 2.02 (7) do código penal modelo. Para ele, isso é problemático uma vez que, aumenta o ônus probatório, pois além de provar os requisitos objetivo e subjetivo da seção supra¹⁴³, é preciso provar que a ignorância do réu foi o resultado de um propósito consciente de evitar aprender a verdade. Esta exigência adicional ao júri é simplesmente desnecessária e confusa, uma vez que, a seção do código penal modelo resolve mais satisfatoriamente a questão.¹⁴⁴

¹³⁹ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), 47, 52, Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 23/dez/19.

¹⁴⁰ Como bem pontuado pelo Justice Alito no caso Global-Tech, cada tribunal aplica de forma diferente a teoria da cegueira deliberada, ainda que seja difundida entre todos eles. Veja em: Supreme Court of the United States – Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A, Nº 10-6 – decidido em 31 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 23/dez/19. Veja também em: MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2232- 2233; LUCHESEI, Guilherme Brenner, A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada “Cegueira Deliberada”; 2017, p.133; RITCHIE, Lorelei D., Is “Willful Blindness” the New “Recklessness” after Global-Tech?, *21 Federal Circuit Bar Journal* 165, 2011, p. 27-31.

¹⁴¹ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) *certiorari denied*. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F2/532/697/99156/#fn4>. Acesso em: 20/dez/19.

¹⁴² Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 200.

¹⁴³ Para uma melhor compreensão reveja a NR 86.

¹⁴⁴ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2246- 2247.

O *circuit judge* Kennedy, que depois foi nomeado para a Suprema Corte, criticou o tribunal por afirmar categoricamente ao júri que o réu poderia ser condenado mesmo estando ignorante quanto a existência de drogas no interior do veículo. Isso, segundo ele, é inaceitável para condenação uma vez que o código exige conhecimento. Em complemento, alega que é “It is difficult to explain that a defendant can specifically intend to distribute a substance unless he knows that he possesses it.”¹⁴⁵ Disse ainda, que o poder judiciário não deve criar crimes e nem distender a lei além do alcance dado pelo próprio legislador.¹⁴⁶¹⁴⁷

Kennedy, em continuidade ao seu voto, teceu duras críticas a teoria da cegueira deliberada, a uma, por jungir a aquisição do conhecimento aos meios visuais, pois além de desprezar os outros sentidos em relação à apreensão de conhecimento, olvida-se de que a visão não fornece consistentemente um grau absoluto de certeza.¹⁴⁸ A duas, porque a doutrina da cegueira deliberada é incerta não esclarecendo satisfatoriamente todos os estados mentais e por ignorar o aspecto subjetivo do agente, considerando apenas o aspecto objetivo, tendo como base o homem racional.¹⁴⁹

Por fim, como bem observa Ira Robbins, tanto o entendimento do tribunal quanto o voto dissidente identificaram a definição de conhecimento na seção 2.02 (7) do código penal modelo como o padrão para acusações de ignorância deliberada¹⁵⁰, e esta, inclui ignorância deliberada e conhecimento positivo.¹⁵¹ A divergência vem quanto a forma que a instrução foi dada ao júri e uso, conceito, alcance da Willful Blindness. Jonathan Marcus declara que o tratamento extensivo¹⁵²

¹⁴⁵ Tradução livre: É difícil explicar que um réu pode especificamente pretender distribuir uma substância, a menos que saiba que a possui. (United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. [KENNEDY, J., dissenting], 44, 55). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 24/dez/19.

¹⁴⁶ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), op. cit. NR 7.

¹⁴⁷ É de insofismável valor ressaltar que aqui Kennedy não está se referindo ao código penal modelo, e nem poderia, pois este não foi aprovado pelo congresso e sim formulado pelo American Law Institute.

¹⁴⁸ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), 46. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 24/dez/19.

¹⁴⁹ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (KENNEDY, J., dissenting), op. cit. 48.

¹⁵⁰ ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, nº. 2, 1990 p. 207.

¹⁵¹ ROBBINS, op. cit., p. 205.

¹⁵² Extensivo pois incluiu, além do requisito objetivo [alta probabilidade] e do subjetivo [crença na inexistência do fato], adicionou o propósito consciente de evitar aprender a verdade, sem exigir nenhum nível específico de conscientização. Reveja notas 129 e 130.

dado à cegueira voluntária no caso em comento, gerou confusão e conflito entre os outros tribunais federais de apelação do Estados Unidos da América do Norte.¹⁵³

3 Natureza jurídica da cegueira deliberada

Não há uma unidade de conceito ou delimitação para a natureza jurídica da cegueira, ainda que tribunais e especialistas em direito criminal tenha lutado durante anos para resolver o conceito de “wilfull blindness”. Ela já foi tratada tanto como uma falha em investigar a verdade ou conhecimento real disfarçado de ignorância¹⁵⁴.

Glanville Williams diz que cegueira é um quase conhecimento jungido com a evitação da confirmação final deste, pois no evento, o réu queria permanecer ignorante, ainda que houvesse suspeitado do fato e ter percebido sua probabilidade¹⁵⁵.

Essa evitação do conhecimento traduz-se como uma tentativa culpável de enganar a justiça, uma vez que, o agente escolhe permanecer na ignorância com relação ao conteúdo da mala, para valer-se desta como meio de defesa, quando o conhecimento é elemento de um crime¹⁵⁶.

Robin Charlow aglutina as abundantes discussões sobre o conceito da wilful ignorance em três grupos¹⁵⁷. O primeiro e mais fácil de explicar, segundo ela, é a definição dada pelo Código Penal Modelo, seção 2.02 (7)¹⁵⁸. A aludida definição

¹⁵³ MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness. *Yale Law Journal*, art. 13, vol. 102, 1993, p. 2232.

¹⁵⁴ MARCUS, 1993, op. cit., p. 2231, 2237.

¹⁵⁵ A court can properly find wilful blindness only where it can almost be said that the defendant actually knew. He suspected the fact; he realized its probability; but he refrained from obtaining the final confirmation because he wanted in the event to be able to deny knowledge. This, and this alone, is wilful blindness. Tradução livre: Um tribunal pode encontrar adequadamente a cegueira intencional apenas onde quase se pode dizer que o réu realmente sabia. Ele suspeitava do fato; ele percebeu sua probabilidade; mas ele se absteve de obter a confirmação final porque queria, no evento, negar conhecimento. Isso, e somente isso, é cegueira voluntária. Assim, Glanville Williams (apud ROBBINS, 1990, P. 192).

¹⁵⁶ CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability, *Texas Law Review*, vol. 70, 1992, p. 1411-1412.

¹⁵⁷ CHARLOW, 1992, op. cit., p. 1367-1368.

¹⁵⁸ (7) Requirement of Knowledge Satisfied by Knowledge of High Probability. When knowledge of the existence of a particular fact is an element of an offense, such knowledge is established if a person is aware of a high probability of its existence, unless he actually believes that it does not exist. Tradução livre: Quando o conhecimento da existência de um fato específico é um elemento de uma ofensa, esse conhecimento é estabelecido se uma pessoa está ciente de uma alta probabilidade de sua

traz elementos importantes, quais sejam: consciência e crença. O agente deve ter consciência da alta probabilidade de um fato, entretanto, se ele crer fielmente que o fato não existe, não será culpável¹⁵⁹. Luiz Regis Prado e Luís Roberto Gomes¹⁶⁰, também apontam nesse sentido¹⁶¹.

Robin Charlow continua, e aponta que os outros dois grupos de cegueira seriam demonstrados por expressões, tais como: "purposely refrains from obtaining [...] knowledge" "willfully and intentionally remain ignorant of a fact"; "deliberately chose not to learn"; "with a conscious purpose to avoid learning the truth"; "purposefully contrived to avoid learning of the illegal conduct"; "deliberately and consciously avoided confirming"; "deliberate avoidance of positive knowledge"; and "deliberately closed his eyes to what would otherwise have been obvious to him¹⁶²."

Em Estados Unidos v. Jewell ela foi considerada como um propósito consciente de evitar aprender a verdade¹⁶³. No entanto, o United States Court of Appeals - Ninth Circuit, aplicou a cegueira contida no código penal modelo, divergindo das divisões em grupos trazidos por Robin Charlow¹⁶⁴.

Debora Hellmam disserta que a Willful Blindness (cegueira voluntária) pode ser usada de duas maneiras: uma é aquele estado mental que existe quando o agente é culpado e outra quando o agente escolhe deliberadamente a ignorância. Neste caso ela dá o nome de contrived ignorance (ignorância artificial) e naquele caso de culpable blindness or culpably blind (cegueira culpável). Ela continua dizendo que a ignorância artificial talvez seja uma substituta para o conhecimento,

existência, a menos que acredite realmente que não existe. Model Penal Code Section 2.02(7), Model Penal Code United States of America, 1962, p. 22.

¹⁵⁹ CHARLOW, Robin, Willfull Ignorance and Criminal Culpability, *Texas Law Review*, vol. 70, 1992. p.1367-1368.

¹⁶⁰ PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira Voluntária: Uma Engenhoca Estranha E Perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2019, p. 2.

¹⁶¹ É grande o debate em torno da seção em comento, uma vez que, ela equipara a alta probabilidade a conhecimento. O código penal modelo comentado alude que a seção foi criada para lidar com o problema a qual a cegueira deliberada trata. As interpretações em torno desta são variadas e controversas. Em momento oportuno analisaremos de forma mais detida.

¹⁶²Tradução livre: "deliberadamente escolheu não aprender "; "com um propósito consciente de evitar aprender a verdade"; "propositalmente planejado para evitar o conhecimento da conduta ilegal"; "deliberada e conscientemente evitado de confirmar"; "evitar deliberadamente o conhecimento positivo"; e "deliberadamente fechou os olhos para o que de outra forma seria óbvio para ele". (CHARLOW, Robin, Willfull Ignorance and Criminal Culpability, *Texas Law Review*, 1992. vol. 70, p. 1370-1371).

¹⁶³ United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) *certiorari denied*. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227>. Acesso em: 15/dez/19.

¹⁶⁴ Compare com as notas 11, 13 e 20 e os textos que as acompanham, supra.

porque o agente que atua deliberadamente cego é tão culpável quanto aquele que detém o conhecimento do ilícito¹⁶⁵.

Esta parece ser a tônica da teoria da cegueira deliberada, considerar como conhecimento real a evitação deliberada deste conhecimento¹⁶⁶. Não obstante, a cegueira voluntária não é aplicada somente como substituta ao conhecimento, knowledge, mas também a imprudência e negligência¹⁶⁷.

É crível ressaltar que essa substituição ao conhecimento não está imune a críticas. Anthony M. Kennedy, em *EUA v. Jewell*, alega que quando um estatuto exige especificamente o conhecimento como elemento de um crime, nada justifica a substituição por qualquer outro estado de espírito ainda que sejam considerados igualmente culpáveis¹⁶⁸.

Deborah Hellman enfrenta as clássicas críticas doutrinárias que aduzem: a) ainda que um autor escolha permanecer cego, essa cegueira voluntária não pode ser transformada em conhecimento, como num passe de mágica e, b) é extremamente preocupante a mudança do requisito mental de um delito após a

¹⁶⁵ HELLMAN, Deborah, Willfully Blind for Good Reason, *Crim Law and Philos*, 2009, p. 302-303.

¹⁶⁶ Com efeito, nesse sentido, Deborah Hellman: The doctrine of willful blindness allows a jury to convict a defendant for a crime that requires doing something knowingly when it concludes only that the defendant was willfully blind about the relevant fact. Tradução livre: A doutrina da cegueira intencional permite que um júri condene um acusado por um crime que exige algo consciente quando conclui apenas que o acusado foi deliberadamente cego sobre o fato relevante. (HELLMAN, Deborah, Willfully Blind for Good Reason, *Crim Law and Philos*, 2009, p. 302-303). Também, nesse sentido, Husak e Callender: Virtually all courts and commentators agree that a mental state they alternatively describe as "wilful ignorance" or "wilful blindness" is sufficient to satisfy the requirement of knowledge. Tradução livre: Praticamente todos os tribunais e comentaristas concordam que um estado mental que eles descrevem como "ignorância voluntária" ou "intencional" a cegueira "é suficiente para satisfazer a exigência de conhecimento. (HUSAK, Douglas N., CALLENDER, Craig A., Wilful Ignorance, Knowledge, And The "Equal Culpability" Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality, *Wisconsin Law Review*, 1994, p. 33-34). Veja também: SARCH, Alexander F., Willful Ignorance, Culpability, and the Criminal Law, *St. John's Law Review*, vol. 88, 2014, p.1023.

¹⁶⁷ CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability, *Texas Law Review*. vol. 70, 1992, p. 1360.

¹⁶⁸ Com efeito, nesse sentido destaca-se o voto do Justice Anthony M. Kennedy: When a statute specifically requires knowledge as an element of a crime, however, the substitution of some other state of mind cannot be justified even if the court deems that both are equally blameworthy [...] The spirit of the doctrine which denies to the federal judiciary power to create crimes forthrightly admonishes that we should not enlarge the reach of enacted crimes by constituting them from anything less than the incriminating components contemplated by the words used in the statute. Tradução livre: Quando um estatuto exige especificamente o conhecimento como elemento de um crime, no entanto, a substituição de algum outro estado de espírito não pode ser justificada, mesmo se o tribunal considerar que ambos são igualmente culpáveis [...] O espírito da doutrina que nega ao poder judiciário federal criar crimes abertamente adverte que não devemos aumentar o alcance dos crimes decretados, constituindo-os a partir de nada menos que os componentes incriminadores contemplados pelas palavras usadas no estatuto. (*United States v. Jewell*, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. [Kennedy, J., dissenting], 47). Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227#>. Acesso em: 23/dez/19.

consumação deste. Ela conclui que essa questão de afronta à legalidade pode ser resolvida com uma mudança legislativa¹⁶⁹.

4 Conclusão

É árdua a tarefa de se proceder ao exame de compatibilidade entre sistemas jurídicos distintos, próprio do direito comparado. É salutar mencionar que a análise de casos concretos dificulta ainda mais o trabalho, pois a doutrina da cegueira deliberada é aplicada em várias searas do direito, e não somente na seara penal. O próprio federalismo americano contribui para aplicações e entendimentos divergentes, uma vez que, cada estado têm suas peculiaridades. Geralmente, a lei não prevê a teoria da cegueira, e ainda que prevesse, a comparação continuaria desafiadora, mormente pelo fato do sistema norte americano, ainda que possua leis escritas, privilegie à casuística, o que também é próprio do sistema da *commom law*.

A peculiaridade do sistema em comento nos faz debruçar, invariavelmente, ao estudo dos precedentes históricos, e o que vimos, é que apesar da grande profusão da aplicação da teoria, a controvérsia que gira em torno dela é diretamente proporcional. *Ab initio*, a teoria apareceu não fruto de um desenvolvimento doutrinário e sistemático, e sim por um comentário em um dos votos dos julgadores, no caso Regina v. Sleep, como vimos outrora. Não há nenhum compromisso com a sistematização, próprio da *civil law*, e como vimos, o entendimento e a forma de aplicação são díspares, mesmo no sistema da *commom law*.

Também restou verificado, que são abundantes as críticas da própria doutrina norte americana, ainda que grande parte defenda a aplicabilidade da teoria da cegueira deliberada. É tão acentuada a controvérsia em torno da natureza jurídica dela, que a doutrina da *commom law* tem se dedicado ao estudo de sua natureza jurídica, alcance e conceito, e não há conclusões satisfatórias. Talvez, a única concordância seja no entendimento de que ela tem que ser aplicada a fim de evitar a impunidade. Preenchendo uma lacuna normativa ou distendendo a interpretação de conceitos previstos em lei.

¹⁶⁹ HELLMAN, Deborah, Willfully Blind for Good Reason, *Crim Law and Philos*, 2009, p. 303.

O ponto nevrálgico da aplicação desta teoria é justamente o princípio da legalidade, que também tem previsão no sistema jurídico norte americano, entretanto, a busca por justiça e por evitar a impunidade, a vetusta alegação de inércia do legislativo e os julgamentos serem feitos em tribunais do júri, mitigam essa discussão quanto à legalidade e contribuem para as condenações, ainda que não sejam raras, as reversões em tribunais superiores, com o foi o caso de *Spurr v. United States*, *Morissette v. United States*, dentre outros.

Não há dúvidas que os detalhes que permeiam a *Willful Blindness* são infundados e não muito cristalinos, e conseqüentemente, as buscas pelas respostas necessárias continuarão a exigir o escrutínio do pesquisados, sem, contudo, nenhuma garantia de sucesso ao fim da empreitada. Malgrado a abundância de críticas, a sua aplicabilidade é uma realidade, queira ou não queira, que permanecerá.

5 Referências

AMERICAN LAW INSTITUTE, Model Penal Code Section 2.02(2) (c), Model Penal Code United States of America, 1962.

CHARLOW, Robin, Wilfull Ignorance and Criminal Culpability, *Texas Law Review*, vol. 70, 1992.

EDWARDS, J. LL. J., The Criminal Degrees of Knowledge, *The Modern Law Review*, vol. 17, n° 4, 1954.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 21 U.S.C. § 952 - U.S. Code - Unannotated Title 21, Food and Drugs § 952, Importation of controlled substances. Disponível em: <https://codes.findlaw.com/us/title-21-food-and-drugs/21-usc-sect-952.html>. Acesso em: 15/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Forty-Seventh Congress. Sess.I. Ch. 290, 291. 1882. Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/statutes-at-large/47th-congress/session-1/c47s1ch290.pdf>. Acesso em: 13/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *Global-Tech Appliances, Inc. et al v. SEB S.A*, Supreme Court of the United States, 563 U.S. 754 (2011), n° 10-6, may. 31, Certiorari to the United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/10pdf/10-6.pdf>. Acesso em: 18/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *Griego v. United States*, U.S. Court of Appeals Tenth Circuit – 298 F.2d 845 (10th Cir. 1962), n°. 6826. Jun. 10, 1962. Disponível em: <https://openjurist.org/298/f2d/845/griego-v-united-states#fn11>. Acesso em: 06/jan/20.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Leary v. United States, Supreme Court of the United States, 395 U.S. 6 (1969), nº. 65. May 19, 1969, *US Reports 365 US.*, p. 6-56. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Fifth Circuit. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep395006/>. Acesso em: 29/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Morissette v. United States, Supreme Court of the United States, 342 U.S. 246 (1952), nº. 12, Jan. 7, 1952. Certiorari to the United States Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/342/246.html>. Acesso em: 29/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Spurr v. United States, Supreme Court of the United States, 174 U.S. 728 (1899), nº. 448, may. 22, 1899. Certiorari to the Circuit Court of Appeals for the Sixth Circuit. Disponível em: <https://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/174/728.html>. Acesso em: 13/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Turner v. United States, Supreme Court of the United States, 396 U.S. 398 (1970), nº. 190. Jan. 20, 1970, *US Reports 396 US.*, p. 398. Certiorari to The United States Court of Appeals for The Third Circuit. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/usrep396398/>. Acesso em: 29/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, United States v. Catherine Bright, US Court of Appeals for the Second Circuit - 517 F.2d 584 (2d Cir. 1975), May 21, 1975. Disponível em: <https://www.courtlistener.com/opinion/328101/united-states-v-catherine-bright/?q=cites%3A1068252>. Acesso em: 24/dez/19.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, United States v. Jewell, U.S. Court of Appeals for the Ninth Circuit - 532 F.2d 697 (9th Cir. 1976), Feb. 27, 1976. (en banc) certiorari denied. Disponível em: <https://h2o.law.harvard.edu/collages/19227>. Acesso em: 29/dez/19.

HELLMAN, Deborah, Willfully Blind for Good Reason, *Crim Law and Philos*, 2009.

HUSAK, Douglas N., CALLENDER, Craig A., Wilful Ignorance, Knowledge, and the "Equal Culpability" Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality, *Wisconsin Law Review*, 1994.

LUCHESI, Guilherme B., A Punição Da Culpa A Título Dolo - O Problema da Chamada "Cegueira Deliberada"; 2017.

MARCUS, Jonathan L., Model Penal Code Section 2.02 (7) and Wilfull Blindness, *Yale Law Journal* art. 13, vol. 102, 1993.

MCKINNEY, William M., KEMPER, Peter Jr., The Federal Statutes, Annotated, Containing All the Laws of the United States of a General and Permanent Nature in Force On the First Day of January, Edward Thompson Company, Vol. V, 1905.

MICHAELS, Alan C., Acceptance: The Missing Mental State, *Southern California Law Review*, vol. 71, nº. 5, 1998.

PRADO, Luiz R., GOMES, Luís R., Cegueira Voluntária: Uma Engenharia Estranha e Perigosa, *Revista dos Tribunais*, vol. 1007, 2109.

RITCHIE, Lorelei D., Is “Willful Blindness” the New “Recklessness” after *Global-Tech?*, *21 Federal Circuit Bar Journal* 165, 2011.

ROBBINS, Ira P., The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal *Mens Rea*, *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 81, n^o. 2, 1990.

ROIPHE, Rebecca, The Ethics of Wilful Ignorance, *Georgetown Journal of Legal Ethics*, vol. 24, 2011.

VALLÈS, Ramon R., Mejor no saber: Sobre la doctrina de la ignorancia deliberada en Derecho Penal, *Ignorancia deliberada y Derecho Penal – Discusiones XIII*, 2013.